

Governo recomprará Mataripe e irá reabrir refinaria de Quixadá

Fernando Frazão - Agência Brasil



Paes diz que, ao renunciar, Castro está fugindo da Justiça pelos crimes cometidos

A decisão do governador Cláudio Castro de organizar uma cerimônia de encerramento de mandato às vésperas de um julgamento no TSE provocou forte reação do ex-prefeito Eduardo Paes, que afirmou que o movimento representa uma tentativa de “fugir da justiça”. “Encerramento de mandato nada! Trata-se de um governador omissos fugindo da justiça. Fugindo não! Pior! Desrespeitando a justiça com os crimes que cometeu! Não podemos mais permitir que esse tipo de impunidade aconteça”, escreveu Paes. **Página 4**

Socialistas e comunistas elegem Grégoire prefeito de Paris

O deputado socialista Emmanuel Grégoire foi eleito prefeito de Paris, derrotando a direita ex-ministra Rachida Dati, enquanto o Reunião Nacional (RN), partido de extrema-direita e anti-imigração de Marine Le Pen, não conseguiu conquistar cidades-chave no segundo turno das eleições municipais francesas do domingo (22). **Página 6**

Isolado, Trump recua e suspende as sanções ao petróleo iraniano

Em meio à escalada dos preços do petróleo e gás no mundo inteiro provocada por sua agressão ao Irã, o governo Trump se viu forçado a um recuo e anunciou a suspensão das sanções sobre o petróleo iraniano já armazenado em navios no mar. O comunicado foi feito pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, no dia 20. **P. 7**

HORA DO POVO

ANO XXXVI - Nº 4.041 25 a 31 de Março de 2026

★ ★ ★ ★ ★

1

REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Prioridade é garantir abastecimento interno e preços estabilizados

Ao lado da presidente da Petrobrás, Magda Chambriard, durante evento na refinaria da Petrobrás em Minas Gerais (Regap), o presidente Lula afirmou: “vamos comprar de volta a refinaria na Bahia”. A refinaria de Mataripe, na Bahia, foi vendida por Jair Bolsonaro

e Paulo Guedes ao Fundo Mu-badala, dos Emirados Árabes Unidos e está aumentando desavergonhadamente os preços. A presidente da Petrobrás anunciou ainda a reativação da usina de produção de biodiesel de Quixadá (MG), inaugurada em 2008 e completamente paralisada em 2016. **Página 3**

Alckmin: “Indústria da Defesa forte é um seguro de vida para a nação”

RS via Fotos Publicas



Trump conseguiu colocar o petróleo a mais de 100 dólares, provocar inflação nos EUA, se isolar nacional e internacionalmente. A derrubada do moderníssimo F-15 no embate com as forças iranianas é bem simbólica

Aprovação de Trump despenca para 36%, 11 pontos de queda

A aprovação do presidente dos EUA, Donald Trump, despencou para o nível mais baixo desde que retornou à Casa Branca, em janeiro do ano passado, apontou uma pesquisa Reuters/Ipsos divulgada

na terça-feira (24), com apenas 36% o endossando. Uma queda de quatro pontos em uma semana (e de 11 pontos desde a posse), sob a escalada dos preços dos combustíveis e a rejeição generalizada à guerra

que ele desencadeou contra o Irã. A alta no preço da gasolina e diesel é consequência direta da guerra de agressão ao Irã. Outra pesquisa, esta da CBS News/YouGov, mostrou que 60% dos norte-americanos de-

saprovam a guerra de Trump contra o Irã, sendo que 92% consideram importante “encerrar o conflito o mais rápido possível” e 57% dizem que os EUA estão “se saindo mal” na guerra. **Página 7**

O vice-presidente Geraldo Alckmin, afirmou que o fortalecimento do setor de defesa é essencial para garantir a “vida” do Brasil. Ele destacou que a expansão da defesa nacional, além de cumprir o seu papel de dissuasão, pode impulsionar áreas como saúde, agricultura e ciência. “Uma indústria de defesa forte é um seguro de vida para a nação e um motor para a Nova Indústria Brasil [NIB]”, declarou, em evento realizado no dia 23, em que o Ministério da Defesa lançou o Catálogo de Produtos da Base Industrial de Defesa (BID) do Brasil. **Página 3**

Aneel autoriza múltis a subirem a energia muito acima da inflação

Em mais uma ação contrária aos interesses da população e para favorecer empresas estrangeiras, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou um aumento médio de 8% nas contas de luz dos brasileiros em 2026. O aumento supera a inflação esperada para o período, medida pelo IPCA (3,9%) e pelo IGP-M (3,1%). **Página 4**

FUP aponta abuso de preços e pede a reestatização da BR Distribuidora

“Abrir mão do controle público de setores estratégicos impacta diretamente o bolso da população”, afirma a Federação Única dos Petroleiros. A FUP, junto com as Centrais Sindicais, o INEEP e o Dieese convocaram uma Plenária Nacional em defesa da Reestatização da BR Distribuidora e das Refinarias Brasileiras, como Landulpho Alves (RLAM), Bahia, e da Refinaria Isaac Sabbá (REMAN). **Página 5**

Governo federal notifica mais de 900 postos por preço abusivo

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César, informou que as operações de fiscalização do governo federal contra o aumento abusivo de preços de combustível já notificou mais de 900 postos de gasolina e 115 distribuidoras de combustível desde o dia 9 de março. A ação alcançou 25 estados e 179 municípios diferentes, e foram fiscalizados 1880 postos de gasolina.

“A Senacon já notificou empresas que correspondem a 70% do mercado de distribuição de combustíveis (...) Esses atos de fiscalização conjuntos propiciarão a reunião de dados não coletados e aproveitados, compartilhados com todas as esferas, a esfera estadual, a esfera municipal. Teremos também, como será detalhado, reuniões com os Procons, a fim de que essa capilaridade dessas ações fique cada vez mais incrementada”, afirmou o ministro da Justiça.

Foi assinada, em evento no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), uma portaria que institui uma força-tarefa de monitoramento e fiscalização envolvendo a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e a Polícia Federal, além de órgãos estaduais e municipais.

O criminoso ataque do Estados Unidos e Israel contra o Irã causou uma alta no preço do petróleo internacional, que refletiu nos preços de combustível no Brasil.

O governo federal anunciou medidas para conter o aumento dos preços, como a zeragem dos tributos federais PIS/Cofins sobre combustíveis. O governo Lula (PT) agora pede aos estados que zerem o ICMS, e propõe repor 50% da renúncia.

Juros na lua: brasileiros comprometem 29% de sua renda para quitar dívidas

Os juros altos fixados pelo Banco Central (BC), além de estarem afastando os brasileiros do consumo, força-os a comprometerem 29,2% de suas rendas para quitar dívidas com os bancos, desde outubro do ano passado, o maior percentual em pelo menos 20 anos, segundo dados da própria autarquia financeira.

Desse total, 10,38% são apenas com pagamento de juros. Os outros 18,81% ficam para a dívida principal, com cartão de crédito, por exemplo, que se deixar de pagar no mês, o juro corre, atolando ainda mais o consumidor nas dívidas.

Pela Lei do Desenrola, de 2023, os juros não podem ultrapassar 100% do montante devido. Ou seja, se a dívida original for R\$ 1.000,00, o total de juros e encargos somados não pode ultrapassar R\$ 1.000,00, limitando o pagamento final a, no máximo, R\$ 2.000,00. Mas na prática, a norma só ataca o tamanho da bola de neve, mas não impede que ela comece a rolar.

Mesmo com o limite, a taxa de juros do cartão de crédito rotativo variou em 424,5%, em média, em janeiro de 2026. Essa modalidade de crédito é tida como válvula de escape para as compras do dia a dia, principalmente para as famílias de baixa renda, com renda arrochada, grande parte atingida pela informalidade no trabalho, em uma economia que desacelera devido à política monetária contracionista do BC.

Em janeiro deste ano, a inadimplência do rotativo chegou a 64,7%, aumento de 10 p.p. e um recorde histórico na série que começou em 2011. Em dezembro, a taxa estava em 55%.

A taxa de juros no parcelado do cartão variou de 188,1% para 194,9% em janeiro deste ano. Já a inadimplência nesta modalidade de crédito ficou em 13%.

No cheque especial, a taxa média de juros cobrada foi de 138,7%. Em janeiro, a inadimplência deste ficou em 16,5%.

Segundo o BC, a inadimplência da carteira de crédito livre (definida pelos bancos) às pessoas físicas chegou a 6,9% em janeiro deste ano, superando os 5,6% registrados no ano anterior.

Continua no site

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21

Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834

E-mail: hp.dfi@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140

Curit-Útinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Redução de 0,25 na Selic não pode ser comemorada, afirma presidente da CNI

Ricardo Alban, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). (Divulgação)

Aumento do preço do diesel gera descontentamento entre caminhoneiros

Vibra Energia aumenta o preço do diesel 35 vezes e ANP autua

O custo para a Vibra subiu apenas R\$ 0,03 por litro, mas o repasse feito aos postos foi de aproximadamente R\$ 1,06 por litro

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) autuou a empresa Vibra Energia – antiga BR Distribuidora da Petrobrás – por indícios de prática abusiva na venda do óleo diesel.

Entre o fim de fevereiro e meados de março, o custo do diesel para a Vibra subiu apenas R\$ 0,03 por litro, segundo reportagem do jornal Folha de S.Paulo, divulgada na última terça-feira (24). No entanto, o repasse feito aos postos foi de aproximadamente R\$ 1,06 por litro.

De acordo com o auto de infração, o custo da compra do combustível saiu de R\$ 4,81 para R\$ 4,84 por litro, no período analisado. Enquanto o preço de venda do mesmo produto saltou de R\$ 5,38 para R\$ 6,45 por litro. A diferença entre o aumento do custo e o aumento do preço final, de cerca de 35 vezes, foi o que motivou a ação da ANP.

A BR Distribuidora da Petrobrás teve sua privatização iniciada em 2019, quando a estatal perdeu o controle da empresa, sendo concluída em 2021 com a venda da participação restante da petroleira. O então governo de Jair Bolsonaro (PL) afirmava que com a privatização da maior distribuidoras de combustíveis do país os preços dos combustíveis ficariam mais baratos aos consumidores finais.

Porém, a entrega do controle da cadeia de fornecimento ao merca-

do descambou no forte aumento dos combustíveis. Fruto de movimento especulativo, na semana passada o preço da gasolina pode ser encontrado a R\$ 9 em São Paulo, sem qualquer decisão de reajuste nos valores da gasolina vendida pela Petrobrás, por exemplo.

Os indícios de irregularidade nos preços pela Vibra foram descobertos pela operação de fiscalização coordenada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em parceria com a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e a Polícia Federal, na última quinta-feira (19). A força tarefa analisou notas fiscais de compra e venda de combustíveis entre os dias 27 de fevereiro e 19 de março e concluiu que houve um “descolamento significativo” entre custo e preço.

Além da Vibra, outras 10 distribuidoras foram notificadas a prestar esclarecimentos detalhados sobre custos e reajustes. Juntas essas empresas correspondem por mais de 60% do mercado de distribuição de combustíveis.

No caso da Vibra Energia, a inspeção foi feita em uma planta estratégica da companhia, situada no bairro Cidade Nova Heliópolis, em São Paulo, que é responsável por receber, armazenar e revender grandes volumes de combustível e movimentar cerca de 120 milhões de litros por mês.

Segundo os dados levantados pelos fiscais, no diesel S10, o custo da

Vibra Energia teve uma leve elevação de cerca de 0,6%. Já o preço de venda praticado pela mesma disparou em quase 20%.

No caso do diesel S500, o custo para a Vibra permaneceu praticamente inalterado no período analisado, enquanto o preço de venda subiu cerca de R\$ 0,67 por litro.

Na avaliação dos fiscais, esses aumentos não poderiam ser explicados por variações reais de custo, sinalizando um movimento típico da infração de elevação abusiva de preços – de acordo com a lei que regula as atividades do setor de combustíveis e prevê punição para elevação abusiva de preços.

Apesar disso, a ANP não aplicou multa definitiva. Apenas deu à Vibra Energia um prazo de 15 dias para apresentação de defesa administrativa, antes de uma definição final que possa aplicar em penalidade para a companhia.

Parlamentares já articulam no Congresso Nacional a criação de uma frente em prol da reestatização da BR Distribuidora. A iniciativa visa devolver ao Estado o controle estratégico sobre a cadeia de fornecimento de combustíveis.

O líder do governo na Câmara dos Deputados, deputado Pedro Uczai (PT-SC), articulador da iniciativa, afirma que “o combustível não pode ser refém da especulação”. “Energia é estratégica e deve servir ao povo brasileiro, não ao lucro de poucos”, critica o parlamentar.

Para Alban, atual patamar dos juros é “irascível no entendimento de quem produz”

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, voltou a criticar o “tímido” corte de 0,25 ponto percentual da Selic (taxa básica de juros) pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, anunciado na última quarta-feira (18), reduzindo o nível taxa de 15% para 14,75%.

“0,25 jamais pode ser comemorado”, afirmou o empresário, ao avaliar que o movimento do BC foi insuficiente para aliviar as pressões sobre o setor produtivo, condenando “os juros reais tão absurdos dentro da Selic a 15%”. Agora, com a Selic em 14,75% a.a., a taxa de juros real (descontada a inflação) situa-se em 10,4% a.a, calcula a entidade.

Segundo Alban, embora o cenário externo exija atenção, o patamar atual da taxa de juros está desconectado da realidade de quem produz.

“A nossa crítica às taxas

de juros hoje é sobre o patamar que ela se encontra totalmente de forma irascível no entendimento de quem produz”, disse o líder empresarial, em entrevista à Agência de Notícias da Indústria na quinta-feira (19).

Após o BC anunciar a decisão do Copom, a CNI publicou nota em que destaca que a redução de 15% para 14,15% da Selic “é incapaz de reverter os prejuízos à economia”. “Não interrompe a queda da atividade econômica, não destrava os investimentos e nem reduz o endividamento – evidentes sintomas da política monetária excessivamente restritiva”.

“A inflação está em franca desaceleração e as expectativas de mercado para a alta dos preços seguem dentro do intervalo de tolerância da meta. Isso, por si só, já justificaria uma queda mais acentuada da taxa básica de juros. Essa cautela do Banco Central ainda é excessiva e seguirá penalizando ainda mais a nossa economia”, argumentou Alban.

Copom sabota Lula?

PAULO KLIASS *

Durante os dois primeiros anos de seu terceiro mandato, o Presidente passou o tempo todo criticando a política monetária do Presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto (RCN). Ele afirmava – dia sim, outro também – que se tratava de um infiltrado do bolsonarismo no interior de seu governo. Essa complexa convivência era devida a uma mudança na legislação proposta pelo Ministro da Economia Paulo Guedes, conferindo uma quase independência ao BC. Os dispositivos da Lei Complementar nº 179/2021 conferiam mandato fixo aos diretores do órgão. Assim, Lula iniciou sua gestão em 1º de janeiro de 2023 convivendo com todos os 9 diretores do BC (e, por consequência, todos os membros do COPOM) indicados pelo candidato que ele havia derrotado nas urnas alguns meses antes.

Durante os 4 anos em que RCN ficou à frente do órgão regulador e fiscalizador do sistema bancário e financeiro, ele também presidiu o Comitê de Política Monetária (COPOM). Durante seu mandato, o Brasil conviveu com um quadro relevante de redução do nível das atividades econômicas em função das necessidades impostas pelo combate à epidemia da COVID. Desta forma, pode-se compreender o nível relativamente baixo da taxa referencial de juros durante o primeiro triênio (2019-2021). Mas a partir de 2022, o COPOM retoma uma trajetória altista da SELIC.

A expectativa que se criou no conjunto da sociedade com o fim do mandato de RCN e a substituição por alguém nomeado por Lula era de que tivesse início então, finalmente, um processo de redução substancial da taxa oficial de juros. A indicação do então diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galpólo, para substituir a assim chamada herança bolsonarista, seria a oportunidade para Lula deixar a sua marca na condução da política monetária. Assim, em 30 de dezembro de 2024, o Chefe do Executivo assina um Decreto nomeando o novo

Presidente do BC. Galpólo já havia sido sabatinado pelo Senado Federal em outubro do mesmo ano e teve seu nome aprovado por aquela Casa do legislativo.

GALÍPOLO DEPOIS DE RCN: POLÍTICA MONETÁRIA SÓ PIORA

Alguns dias antes da publicação do Decreto no Diário Oficial, Lula convoca o Ministro da Casa Civil (Ruy Costa), o Ministro da Fazenda (Fernando Haddad) e a Ministra do Planejamento (Simone Tebet) para participarem calados de um vídeo ao lado do futuro dirigente máximo do BC. Tratava-se de um formato inédito de comunicação oficial, onde Lula usa presença de seus colaboradores mais importantes para assistirem aos seus elogios a Galpólo. Uma situação por si só constrangedora, mas que se revelaria ainda mais inócua e embaraçosa em razão da sequência histórica que viria depois da posse do elogiado no comando do BC.

A época, a SELIC estava no patamar de 12,25% ao ano. E Lula não escondeu suas expectativas otimistas com a mudança.

(...) “E eu quero te dizer que você será, certamente, o mais importante presidente do Banco Central que esse país já teve, porque você vai ser o presidente com mais autonomia que o Banco Central já teve” (...)

(...) “Eu quero que você saiba que você está aqui por uma relação de confiança minha e de toda equipe do governo” (...)

(...) “Porque eu tenho certeza que, pela tua qualidade profissional, pela tua experiência de vida e pelo teu compromisso com o povo brasileiro, certamente você vai dar uma lição de como é que se governa o Banco Central com a verdadeira autonomia” (...) [GN]

Essa vinha sendo a linha do próprio Partido dos Trabalhadores (PT), que se sentia incomodado pela presença de um dirigente do BC que parecia trabalhar contra o governo, como uma espécie de sabotador institucional, um verdadeiro infiltrado do bolsonarismo no interior do terceiro mandato lulista.

Continua no site



Reprodução/Facebook

Deputado federal Orlando Silva (PCdoB) Bloqueio criminoso só faz Cuba se unificar contra Trump, diz Orlando Silva

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou, em entrevista ao HP, que os Estados Unidos intensificaram o bloqueio contra Cuba para jogar o povo contra seu governo, mas está claro para os cubanos que o responsável pela atual crise é Donald Trump.

Donald Trump “quer levantar o povo cubano contra o seu governo. Mas até aqui, o governo tem sido capaz de mostrar quem é o responsável pelas dificuldades que a ilha vive, que é Donald Trump”.

Orlando esteve em Cuba e participou de atividades de solidariedade ao país, inclusive encontro com o presidente Miguel Díaz-Canel.

O deputado relatou que os Estados Unidos impuseram sobre Cuba “um bloqueio energético que tenta impedir a chegada de combustível, e isso impacta nos serviços essenciais, na atividade econômica e restringe o acesso ao turismo”.

Em uma nova agressão covarde, o presidente Donald Trump está forçando outros países a romperem relações diplomáticas com Cuba, como ocorreu com a Costa Rica, e desfazerem “contratos de serviços médicos, que são uma das principais fontes de receita para a ilha”. Cuba enviou médicos para mais de 150 países, incluindo o Brasil, que os contrata pelo programa Mais Médicos.

Por conta da falta de combustível para a produção de energia, as universidades de Cuba passaram a funcionar de maneira remota e o transporte público foi gravemente afetado, assim como o turismo.

Diante dessa situação, o governo cubano optou por dar prioridade ao funcionamento da saúde e da educação básica.

“Senti o presidente Miguel Díaz-Canel muito confiante, o Partido Comunista de Cuba unificado, o governo unificado e buscando construir diálogos e pontes com diversos países do mundo para ver soluções que deem um fôlego para a economia cubana e garantam dias melhores para a ilha”, continuou.

“Não por acaso, o Presidente da República afirma: ‘lutaremos com as nossas vidas’. E quem conhece a história de Cuba sabe a força do que ele está dizendo, a força e a resiliência que esse povo tem”, disse.

Na avaliação do parlamentar, a unidade dos cubanos em torno da defesa de sua soberania faz com que os EUA não consigam invadir o país, como fizeram com a Venezuela, uma vez que o povo cubano poderia realizar até mesmo uma resistência armada.

Orlando apontou que não foi por acaso que os EUA assassinaram 32 soldados cubanos quando invadiram a Venezuela para sequestrar o presidente Nicolás Maduro.

Depois da missão em Cuba, a delegação brasileira tem discutido formas de garantir a entrega de equipamentos agrícolas que tenham captação de energia fotovoltaica, o que pode colaborar para que o país tenha mais autonomia na produção.

Orlando Silva destacou ainda que o governo Lula “tem colocado o tema Cuba nos encontros multilaterais”.

“Brasil, México e Colômbia são os países mais ativos na solidariedade e na busca de soluções para superar essa violência que Trump lidera contra o povo cubano”, comentou.

“Não é simples o fato de muitas empresas brasileiras, como a própria Petrobrás, terem presença em bolsas de valores europeias e americanas, sobretudo a Bolsa de Nova York. As restrições legais pela legislação americana alcançam, de algum modo, a Petrobrás, o que cria determinados embargos, além das restrições militares de acesso ao Porto de Mariel”, acrescentou.

“Observar o cotidiano da ilha mostra, primeiro, a resiliência do povo cubano, mas você percebe também um povo fadigado, um povo cansado. Não é simples viver 60 anos sob bloqueio”, relatou o parlamentar.

TSE decide tornar Cláudio Castro inelegível por corrupção eleitoral

O Tribunal Superior Eleitoral decidiu, na terça-feira (24), cassar o mandato do ex-governador bolsonarista do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) e do ex-vice, Thiago Pampolha (MDB). Na segunda (23), o ex-governador renunciou ao mandato e anunciou que é pré-candidato ao Senado nas eleições de outubro.

O placar foi 5 votos a 2 a favor da inelegibilidade. Votaram a favor as ministras Estela Aranha, Isabel Gallotti, Cármen Lúcia e os ministros Floriano de Azevedo Marques e Antônio Carlos Ferreira. O ministro Nunes Marques votou contra a condenação.

O ministro André Mendonça, em divergência parcial, votou para rejeitar aplicação de inelegibilidade a Cláudio Castro. Segundo ele, em função da renúncia de Castro, a cassação de mandato ficou prejudicada.

Governo decide recomprar Mataripe e reabrir Quixadá



Acelen/Divulgação

Privatização da refinaria de Mataripe, como era previsto e foi avisado, não deu certo

“Indústria de Defesa forte é um seguro de vida para a nação”, afirma Alckmin

O Ministério da Defesa (MD) lançou, na segunda-feira (23), o Catálogo de Produtos da Base Industrial de Defesa (BID) do Brasil, em evento que contou com a participação do Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e do Ministro da Defesa, José Mucio Monteiro

MOTOR DA NIB

O vice-presidente Geraldo Alckmin, afirmou, na ocasião, que o fortalecimento do setor de defesa é essencial para garantir a “vida” do Brasil. Ele destacou que a expansão da defesa nacional, além de cumprir o seu papel de dissuasão, pode impulsionar áreas como saúde, agricultura e ciência. “Uma indústria de defesa forte é um seguro de vida para a nação e um motor para a Nova Indústria Brasil [NIB]”, declarou.

O ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, afirmou que o fortalecimento do setor está ligado à capacidade de dissuasão e ao avanço produtivo nacional. “Podemos crescer muito pensando na dissuasão, não na agressão, pensando na geração de emprego, de impostos, no desenvolvimento tecnológico”, disse durante o evento realizado na sede da pasta.

Mucio acrescentou que a indústria de defesa nacional deve assumir protagonismo estratégico no país. Segundo o ministro, o setor não é para promover guerras, mas para impulsionar o desenvolvimento econômico e tecnológico.

O Ministério da Defesa lançou o Catálogo de Produtos da Base Industrial de Defesa (BID) do Brasil, documento que reúne 364 produtos e 154 empresas, abrangendo aeronaves, veículos blindados, sistemas de monitoramento e embarcações, incluindo plataformas tripuladas e não tripuladas.

De acordo com o ministro, a expansão da indústria de defesa não representa adesão ao belicismo. “Precisamos que a sociedade entenda que não somos uma indústria da guerra, e sim uma indústria de cogeração e participação no desenvolvimento do país”, afirmou.

VANGUARDA

Alckmin acrescentou que o setor pode agregar valor à economia e posicionar o país na vanguarda da inova-

ção, ao mesmo tempo que lamentou o que classificou como “desindustrialização precoce” do Brasil. Segundo ele, a produção nacional de materiais de defesa militar é um dos eixos centrais do NIB.

O ministro também destacou o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Social (Embrapii) no fomento ao segmento e enfatizou a importância das exportações. “Uma indústria exportadora, inovadora, sustentável, competitiva e exportadora”, frisou.

Durante o evento, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou que o catálogo é um instrumento “importantíssimo para continuar fazendo com que a nossa indústria de defesa seja um instrumento para o desenvolvimento sustentável do Brasil”.

Também participou o secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, Heraldo Luiz Rodrigues, que destacou o potencial de abertura de novos mercados. “O catálogo vai além do registro de produtos e serviços. Trata-se de um instrumento de abertura de mercado”, disse.

AMEAÇAS

Ele acrescentou que a iniciativa busca ampliar a presença brasileira tanto no mercado interno quanto internacionalmente, com produtos confiáveis, competitivos e consistentes. Rodrigues ressaltou ainda que a indústria de defesa gera empregos qualificados e amplia a arrecadação. “O desenvolvimento de soluções fortalece a autonomia que o Brasil precisa”, afirmou.

Múcio também mencionou a pressão de Donald Trump para classi-

ficar facções criminosas brasileiras como organizações terroristas, e disse que é preciso “preservar a nossa soberania”. “Com relação a essa questão terrorista, nós temos de preservar a nossa soberania, ver se isso é um mero discurso”, afirmou Múcio. “Na hora que for para o campo da prática, o governo vai saber intervir bem”.

Nas últimas semanas, a ditadura Trump voltou a falar em classificar facções brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), como organizações terroristas. A medida abriria brechas para possíveis interferências norte-americanas contra o Brasil – incluindo operações militares sob a justificativa de “guerra ao terror”.

O enquadramento de facções criminosas como organizações terroristas mudaria o tratamento jurídico e diplomático dado ao crime organizado, sobretudo em casos ligados ao tráfico internacional de drogas, à lavagem de dinheiro e à circulação de armamento.

Estavam presentes no evento: o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Marcos Antonio Amaro dos Santos; o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen; o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Marcelo Kanitz Damasceno; o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (Emcfa), Almirante de Esquadra Renato Rodrigues de Aguiar Freire; a Secretária-Geral do MD, Cinara Wagner Fredo; além de outras autoridades civis e militares e representantes de empresas e instituições vinculadas à Base Industrial de Defesa.

Com informações do MD



Vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB)

Prioridade é garantir abastecimento e preços estáveis. Após injetar R\$ 9 bi na refinaria Gabriel Passos, Minas, o governo quer recomprar a refinaria da Bahia, vendida por Bolsonaro

Alguns episódios ocorridos nos últimos dias, relativos ao agravamento do cenário mundial, sinalizam que o Brasil precisará tomar medidas mais enérgicas para garantir o abastecimento e a estabilidade nos preços dos combustíveis no país.

O presidente Lula tem manifestado preocupação em evitar que a explosão dos preços do petróleo a nível internacional, fruto da agressão dos EUA e Israel ao Irã, prejudiquem a economia brasileira. Neste sentido ele fez o anúncio da liberação de R\$ 9 bilhões em investimentos na ampliação da produção de derivados na refinaria Gabriel Passos, em Minas Gerais.

Além disso, o governo zerou os impostos federais, PIS e Cofins, sobre o diesel e taxou as exportações de petróleo. O presidente afirmou também que a Petrobrás irá recomprar a refinaria de Mataripe, na Bahia, que foi vendida por Jair Bolsonaro e Paulo Guedes ao Fundo Mubadala, dos Emirados Árabes Unidos. “Vamos comprar de volta a refinaria na Bahia”, disse Lula, ao lado da presidente da Petrobras, Magda Chambriard, durante evento na refinaria da Petrobras em Minas Gerais (Regap).

As privatizações das refinarias, feitas por Jair Bolsonaro, reduziram o refino de petróleo no Brasil e aumentaram a dependência de importação de óleo diesel. Cerca de 25% do diesel consumido no país está sendo importado. O que se constata atualmente é que as refinarias privatizadas não ampliaram suas capacidades de refino, passaram a importar derivados de suas matrizes e ainda por cima praticam preços mais altos do que os da Petrobrás.

Diante do agravamento da guerra de agressão imperialista ao Irã, o presidente da República afirmou que o Brasil terá que criar uma reserva estratégica de combustíveis. “Eu falei para a Magda [Chambriard, presidente da Petrobras] que é uma coisa estratégica que a Petrobrás e o governo têm que pensar”, disse Lula sobre a reserva de petróleo, em evento de anúncio de investimentos da empresa em Minas Gerais.

O governo determinou ainda um maior rigor na fiscalização dos preços praticados nas bombas de combustíveis em todo o país. Já se constata uma intensa especulação com os preços, mesmo sem relação com os preços praticados pelas refinarias da Petrobrás. A fiscalização também vai se estender às empresas transportadoras de mercadorias para que respeitem o preço dos

‘Delação’ obrigará Vercaro a explicar injeção milionária nas campanhas de Jair Bolsonaro e Tarcísio de Freitas

Em sua coluna no site de notícias G1 da segunda-feira (23), o jornalista Valdo Cruz afirmou que o banqueiro Daniel Vercaro terá que responder a todas as perguntas da Justiça e da Polícia Federal, num eventual acordo de colaboração premiada.

Sem dúvida, essa acordo será útil se Vercaro explicar, por exemplo, como conseguiu de Roberto Campos Neto, então presidente do Banco Central, a autorização, dada em 2019 – ainda quando Master se chamava Máxima e estava impedido de atuar no mercado por fraudes – para seu banco funcionar e dar golpes livremente. Além de obter a autorização, Vercaro recebeu a benesse de entrar no ramo bilionário dos empréstimos consignados.

Ele poderá explicar o papel de Guedes, Onix Lorenzoni e João Roma, na ampliação dos contratos, na captação vertiginosa de recursos através da oferta de CDBs de alto risco que fizeram o Master explodir em crescimento durante o governo Bolsonaro. Além de ampliar a margem dos consignados, os bolsonaristas

fretes e não prejudiquem os caminhoneiros.

Outra medida anunciada esta semana, neste mesmo sentido, pela presidente da Petrobrás, Magda Chambriard, foi a reativação da usina de produção de biodiesel localizada em Quixadá (MG), que foi inaugurada em 2008 e completamente paralisada em 2016. A usina será retomada para produção de biodiesel. A desativação foi fruto do desinvestimento na Petrobrás que se instalou no país neste ano e que se agravou no governo Bolsonaro.

Além de intensificar a produção dos derivados internamente, a Petrobrás deve também se responsabilizar pela importação da parte do diesel que ainda não é produzido no país. Ela pode fazer isso sem necessidade de praticar preços internacionais pelos derivados importados. Ela pode fazer uma composição de preços, levando em conta principalmente os seus custos de redução. Esta atuação da estatal pode garantir a estabilidade de preços e o abastecimento que o país precisa num momento grave como este.

Segundo Felipe Coutinho, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), a estatal já pode estar sinalizando, pela primeira vez, um afastamento da política de paridade de preços de importação, o chamado PPI. Segundo o engenheiro, os preços do diesel, pela primeira vez, estão 18% abaixo do preço internacional. Ele torce para que isso signifique um afastamento real e definitivo do PPI.

O lobby dos importadores privados – surgidos a partir das vendas de refinarias e outras subsidiárias da Petrobrás – segue pressionando pela elevação dos preços dos combustíveis para o consumidor brasileiro. Eles pressionam inclusive para que Petrobrás, que pode praticar preços mais baixos, pratique preços internacionais no mercado interno. Eles fazem isso para garantir faixas do mercado e o seu alto lucro.

Esta semana também o presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Dayvid Bacelar, foi ainda mais incisivo e destacou que é urgente a reestatização da BR Distribuidora. Ele apontou que as redes privadas de distribuição do país estão especulando com os preços dos combustíveis e prejudicando a população brasileira. Até o presidente Lula também se queixou e criticou o comportamento dessas empresas. Ao que parece, somente o aperto na fiscalização das distribuidoras não resolve o problema.

liberaram o consignado até para quem recebia o auxílio Brasil. Tudo para engordar os cofres de Vercaro e embolsar propinas.

Mais uma coisa que o dono do Master terá oportunidade de esclarecer é motivo pelo qual Ronaldo Bento, último ministro da Cidadania de Bolsonaro – que atuou pela liberação do consignado do Auxílio Brasil – virou diretor do Banco Master. Um conluio altamente suspeito. O Brasil quer saber como Vercaro conseguiu esses contratos, além da façanha de corromper dois funcionários do alto escalão do BC, dirigido por Campos Neto, para assessorá-lo em seus golpes contra clientes e o país. O rombo provocado pelo banqueiro já passa de R\$ 50 bilhões.

Outra pergunta que poderá ser respondida é o motivo que o levou a fazer a doação de R\$ 3 milhões para a campanha de Jair Bolsonaro em 2022. O que o Brasil quer saber é se essa doação tem relação com a ajuda que foi dada pelo Banco Central, sob a administração de Bolsonaro, e Campos Neto, para que o Master explodisse de ganhar dinheiro.

Eduardo Paes critica a renúncia de Castro: “Fugindo da justiça”

“Trata-se de um governador omissso fugindo da justiça”, criticou Eduardo Paes, ao se referir à tentativa do governador do Rio de se livrar das acusações

A decisão do governador Cláudio Castro de organizar uma cerimônia de encerramento de mandato às vésperas de um julgamento no Tribunal Superior Eleitoral provocou forte reação do ex-prefeito Eduardo Paes, que afirmou que o movimento representa uma tentativa de “fugir da justiça”. A crítica foi feita publicamente e ganhou repercussão ao colocar em dúvida o objetivo da saída antecipada do cargo, marcada para ocorrer antes da análise de um processo que pode tornar o governador inelegível.

“Encerramento de mandato nada! Trata-se de um governador omissso fugindo da justiça. Fugindo não! Pior! Desrespeitando a justiça com os crimes que cometeu! Não podemos mais permitir que esse tipo de impunidade aconteça. Destruíu com seu grupo o Rio de Janeiro! Não passará impune! E ainda quer fazer o sucessor para continuar aprontando! Tenho certeza de que o TSE não admitirá esse tipo de chicana”, escreveu Paes.

Para Paes, a realização de um evento oficial de despedida não condiz com o momento político e jurídico enfrentado por Castro. Ele afirmou que não se trata de um simples encerramento de gestão, mas de uma estratégia para evitar as consequências legais de acusações em andamento. O processo no TSE envolve suspeitas de abuso de poder político e econômico durante as eleições, incluindo contratações realizadas por meio da Fundação Ceperj, que são alvo de questionamentos do Ministério Público Eleitoral. A crítica se concentra principalmente no momento da saída do governador. A avaliação de aliados e adversários é de que a renúncia antes do

julgamento pode influenciar o andamento do caso, ainda que não haja consenso jurídico sobre os efeitos práticos dessa decisão. Ao usar a expressão “fugindo da justiça”, Paes reforçou o argumento de que Castro estaria tentando evitar uma eventual punição.

Além de Castro, Paes também ampliou as críticas ao ex-governador Wilson Witzel, ao mencionar problemas recorrentes na administração estadual nos últimos anos. A declaração faz parte de um movimento mais amplo de posicionamento político, já que o ex-prefeito deixou o cargo para disputar o governo do estado.

Na mesma linha, Paes confirmou que será candidato ao Palácio Guanabara e afirmou que pretende “salvar o Rio de Janeiro”, destacando problemas como segurança pública, crise fiscal e dificuldades na prestação de serviços. A candidatura já era esperada, mas foi reforçada em meio ao cenário de instabilidade política envolvendo o atual governo.

Ao encerrar sua passagem pela prefeitura, Paes também publicou uma carta aberta em que faz um balanço da gestão e agradece ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo apoio ao longo do mandato. No texto, ele destaca a parceria com o governo federal como fundamental para a realização de projetos na cidade e para a recuperação de áreas consideradas estratégicas.

O agradecimento a Lula é interpretado como um sinal de alinhamento político e deve ter impacto na formação de alianças para a eleição estadual. A carta também marca a transição de Paes da gestão municipal para a disputa pelo governo, reforçando sua intenção de ampliar a atuação no cenário estadual.

Governo federal cria força-tarefa para fiscalizar cobrança abusiva nos postos de gasolina

Nesta segunda-feira (23), foi publicada uma portaria no Diário Oficial da União (DOU) que formaliza a criação de uma força-tarefa para monitorar e fiscalizar o mercado de combustíveis. A medida ocorre em meio ao aumento nos preços impulsionado pela guerra no Oriente Médio.

O grupo, criado no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, envolve a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e a Polícia Federal (PF). O objetivo é promover ações integradas para prevenir e reprimir práticas ilícitas no setor.

A preocupação do governo é com o aumento injustificado do preço dos combustíveis. Na última semana, o diesel disparou 6,76% e alcançou R\$ 7,26 nos postos. A gasolina ficou em R\$ 6,65, um aumento de 2,94% em comparação à semana anterior.

A portaria permite que outros órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal poderão ser convidados a participar das ações. O texto também define as atribuições de cada órgão.

A Senacon ficará responsável por articular e coordenar ações

de fiscalização administrativa com o objetivo de apurar e reprimir de práticas abusivas; monitorar o mercado; e receber e tratar denúncias relacionadas à negativa injustificada de comercialização de combustíveis.

A Senasp, cabe a função de articular atividades de inteligência, no âmbito do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, para ampliar o compartilhamento de dados e conhecimentos entre órgãos federais e estaduais; e coordenar a integração operacional com os órgãos de segurança pública dos Estados e do DF.

Por fim, a PF vai apurar infrações relacionadas à manipulação artificial de preços, formação de cartel e outras práticas ilícitas. Também deverá cooperar com a troca de informações e apoio técnico-operacional aos órgãos da força-tarefa.

Ainda segundo a portaria, todos os órgãos integrantes do grupo deverão compartilhar com a PF “quaisquer informações, documentos, indícios ou registros que apontem para possíveis ilícitos penais relacionados ao mercado de combustíveis, observados o sigilo legal e a finalidade de prevenção e repressão criminal”.



Mais de 900 postos foram autuados por cobranças



Reprodução

Ex-prefeito do Rio anunciou sua pré-candidatura ao governo do Estado



Ricardo Stuckert/PR

Lula na assinatura de decretos de proteção de crianças e adolescentes

Lula regulamenta ECA Digital e critica quem “se diz a favor da família mas acha que internet é terra sem lei”

Entidades do movimento social condenaram os ataques dos EUA e Israel ao Irã, principalmente a escola de crianças, que ocasionaram ao menos a morte de 185 estudantes. A escola primária feminina fica em Minab, no sul do Irã, próxima ao estratégico estreito de Ormuz.

Em nota, a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES) afirmou que “Atacar uma escola é uma das faces mais perversas desta criminoso agressão. Além disso, um hospital na região também foi danificado, comprometendo ainda mais o atendimento às vítimas, e bombardeios em Teerã vitimaram outros estudantes”, disse.

“Ataques deliberados contra civis, especialmente contra crianças e instituições de ensino, constituem claras violações do direito internacional humanitário e são definidos como crimes de guerra. A comunidade internacional não pode se omitir diante de tamanha brutalidade. O silêncio diante do assassinato de crianças é cumplicidade. Os responsáveis por este ato devem ser identificados, julgados e punidos exemplarmente”, continuou.

O Movimento Sem Terra (MST) também repudiou os ataques. “O Movimento

Sem Terra condena o ataque criminoso dos regimes imperialistas e sionistas de EUA e Israel contra o povo iraniano. Mais uma vez, como na Guerra dos Doze Dias, em junho de 2025, Washington e Tel Aviv agem de forma traiçoeira e atacam o Irã em meio às negociações diplomáticas que ainda aconteciam em Genebra com a mediação do governo de Omã”, disse.

“O Movimento Sem Terra declara toda sua solidariedade à resistência do povo iraniano e conclama os países de todo o mundo a pressionarem os regimes imperialista e sionista a cessarem imediatamente as agressões ao Irã”, continuou.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) emitiu uma nota em suas redes sociais. “O imperialismo precisa acabar. Nas últimas horas, os EUA e Israel lançaram novos ataques contra o Irã logo após Trump falar em “forçar a paz” aos países que não forem aliados. Estamos assistindo a cada dia uma escalada militar que ignora princípios básicos do direito internacional e diplomacia. Por isso repetimos que defender a paz, a soberania e a autodeterminação dos povos é urgente”, disse a entidade.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) também

repudiaram os brutais e covardes ataques militares.

“A política adotada por Israel e EUA de ataques deliberados a alvos civis, bem como a de assassinatos seletivos de lideranças políticas, são particularmente repugnantes. A alegação de que o ataque foi “preventivo” é inteiramente infundada, pois não havia qualquer evidência de que o Irã estava prestes a atacar qualquer desses países. Muito ao contrário, o Irã estava participando de negociações com os EUA a respeito do programa nuclear iraniano”, afirmaram as entidades.

Ainda, a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) repudiou o ataque. “O país do Oriente Médio foi alvo de fortes bombardeios no momento em que estavam sendo realizadas reuniões entre Washington e Teerã supostamente em busca de uma solução diplomática para o conflito, o que realça a perversidade da agressão imperialista comandada por Donald Trump”, disse.

“A CTB repudia este covarde atentado, manifesta sua ativa solidariedade ao governo e ao povo do Irã e conclama à ampla mobilização social contra a guerra deflagrada pelos EUA e em defesa da paz e do direito das nações à autodeterminação”, continuou.

Aneel libera aumento nas contas de luz de 8% – o dobro da inflação do último ano

Em mais uma ação contrária aos interesses da população e para favorecer empresas estrangeiras, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou um aumento médio de 8% nas contas de luz dos brasileiros em 2026. O aumento supera a inflação esperada para o período, medida pelo IPCA (3,9%) e pelo IGP-M (3,1%).

A alta das contas liberada pela Aneel também é superior ao reajuste do salário mínimo em 2026, que foi de 6,79%. Na prática, como o custo da energia subiu acima do índice de correção salarial, o ganho real do trabalhador é parcialmente absorvido pelo aumento das despesas fixas domésticas.

O aumento não é linear, podendo haver diferenças significativas entre as distribuidoras de energia. No Rio de Janeiro, por exemplo, o aumento ultrapassa 16%. No início do ano, consumidores atendidos pela Roraima Energia tiveram aumento médio superior a 24%.

O principal fator de pressão é a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo cobrado na conta de luz para financiar políticas públicas do setor. A proposta para 2026 considera orçamento de R\$ 52,7 bilhões, sendo R\$ 47,8 bilhões pagos diretamente pelos consumidores. O valor representa alta de 15,4% em relação a 2025

e pode gerar impacto de até 4,6% nas tarifas.

Além da CDE, outros componentes contribuem para o aumento. Os custos de energia tendem a subir com a expectativa de condições hidrológicas menos favoráveis, o que eleva o uso de fontes mais caras.

Outros fatores regulatórios também impactam a tarifa. A agência elevou a taxa de remuneração do setor (WACC) para cerca de 8%, o que aumenta o retorno das empresas e pressiona os preços. Ao mesmo tempo, mudanças como a inclusão de consumidores livres no rateio das usinas nucleares e a modernização da tarifa branca podem alterar a forma de cobrança no futuro.

Museu do Apartheid



Massacre de Sharpeville, onde 69 pessoas foram mortas pelo regime do Apartheid na África do Sul

CNAB: Dia Internacional contra a Discriminação Racial! Abaixo a barbárie imperialista!

IRAPUAN SANTOS*

Em 21 de março de 1960, no bairro Sharperville, em Johannesburg, Capital da África do Sul, a força policial assassinou 69 pessoas que participavam de um protesto pacífico, liderado pelo Congresso Pan-Africano, contra a Lei do Passe que, baseado no hediondo regime do apartheid, proibia os negros sul-africanos de frequentar diversos lugares do seu próprio país.

Diante da comoção gerada no mundo todo, a partir de 1969 o dia 21 de março passou a ser consagrado como Dia Internacional contra a Discriminação Racial.

Mesmo após a derrubada do apartheid, que os sul africanos alcançaram liderados por Nelson Mandela, a data continua sendo um marco importante a ser lembrado com mobilizações, debates e unidade dos povos contra a opressão e a exploração.

O racismo continua sendo nos dias atuais base ideológica das agressões imperialistas no mundo todo, como é o caso da “limpeza étnica” que tentam perpetrar na faixa de Gaza, o ataque sem justificativa ao Irã e da doutrina de ocupação e saque dos países da América do Sul, Ásia e África levada a cabo pela ditadura trumpista e seus sequeazes.

O CNAB, liderada pelo seu fundador, Professor Eduardo de Oliveira, em 2001, participou ativamente da Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, na África do Sul, onde foi aprovado por centenas de lideranças mundiais o programa mais amplo e afirmativo para combater o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância.

Neste momento nos unimos ao clamor dos povos do mundo todo contra as tentativas insanas do imperialismo decrepito de espalhar guerras pelo mundo para expropriação de riquezas e territórios, semeando milhares de mortos e assassinatos em massa, fome e miséria em busca de uma hegemonia doentia.

- Abaixo a Discriminação Racial!
- Abaixo o império e a opressão!
- Viva a União dos povos contra a barbárie imperialista!
- Viva a unidade dos povos pela paz e o progresso!

Irapuan Santos é presidente do Congresso Nacional Afro-Brasileiro – CNAB

Luciana festeja inclusão de pós-graduandos na Previdência: “conquista da ciência brasileira”

A ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos (PCdoB), celebrou a aprovação na Câmara do PL que inclui os bolsistas de pós-graduação na Previdência Social e disse que essa era uma “luta histórica” da ciência brasileira.

A medida vai beneficiar cerca de 150 mil pesquisadores.

Luciana Santos apontou que a medida beneficia as pessoas que estão no “que a gente chama de chão de fábrica da ciência”.

“Esse pessoal que sustenta, junto com os professores e professoras, com cientistas, nos institutos privados, mas principalmente com os institutos de ciência públicos e das nossas universidades, essa excelência de pesquisa que a gente vê acontecer no país”, declarou a ministra.

“É uma luta histórica que está sendo conquistada e realizada no governo do presidente Lula”, disse.

“Não estamos falando apenas de números, mas do reconhecimento real de milhares de estudantes e pesquisadores. Pessoas que dedicam suas vidas à inovação, mas que, até hoje, seguem sem o amparo da proteção previdenciária”, escreveu em suas redes sociais.

Luciana falou que acompanha o tema desde quando era deputada federal e “ver essa celebração na condição de ministra da Ciência e Tecnologia tem um gostinho todo especial”.

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), autora do projeto, declarou que a aprovação do texto é uma “grande vitória na proteção do trabalho dos que serão os alto-especializados no Brasil”.

O relator do projeto, deputado Ricardo Galvão (Rede-SF), comentou que o PL corrige uma distorção histórica que facilitava que pesquisadores brasileiros saíssem do país. “A Ciência brasileira não pode mais esperar. Valorizar pesquisadores é condição para o desenvolvimento do Brasil”, afirmou.



Reginaldo da CNTI: “Juro alto é uma questão de escolha entre o rentismo e o desenvolvimento”

Em entrevista exclusiva à Hora do Povo, o presidente da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), José Reginaldo, considera que, nesse período de instabilidade internacional, de genocídio na Palestina, no Irã, de invasão à Venezuela e de ameaças a Cuba, o governo deveria reduzir, de maneira significativa, os juros, como forma de defender a indústria e os direitos sociais dos trabalhadores. Confira a íntegra a seguir:

HP – O que acha da propalada pressão da mídia para o Banco Central não intensificar a redução dos juros?

JR – A gente pode dizer, com todas as letras, que não existe neutralidade na política de juros no país. Isso é uma escolha, de política econômica, de proteger o capital financeiro e desproteger o desenvolvimento do país. E isso tem nome: transferência de renda para o sistema financeiro, do povo para o sistema financeiro.

Traduzindo para a vida real, os juros altos significam crédito caro, investimento travado, indústria parada, significa que máquinas não serão compradas, que não haverá aporte de modernização na indústria, que não haverá reindustrialização. Significa o estímulo à informalidade, à pejotização.

HP – Você acha que é possível ter uma redução significativamente maior?

JR – Há a possibilidade real da queda da taxa de juros como elemento de fortalecimento do investimento público, de propulsão, por exemplo, da indústria brasileira, de anteparos que fortaleçam direitos sociais.

A mídia e setores econômicos do governo, há algum tempo, vêm já fazendo uma concertação, aceitando uma redução na casa de 0,25 p.p., quando o país continua operando com juros na casa de 15% ou próximo disso. É óbvio que isso não é alívio, não é mudança. É óbvio que isso é maquiagem. Nós estamos falando de manutenção de um modelo que estrangula a economia e penaliza de fato quem trabalha e produz. O rentismo passa a ser a lógica.

HP – E o combate à inflação?

JR – A inflação sobe por causa de fatores externos. A resposta interna não pode ser aumentar e deixar juros nas alturas, ou diminuir de modo, vamos dizer, quase como uma maquiagem ou algo semelhante. A política de juros não resolve a questão da inflação, porque os fatores determinantes são os preços internacionais das commodities, em função da guerra. Nós temos uma inflação de custos de energia, câmbio, alimentos, o terras raras, petróleo.

Além do quê, essa forma oligopolizada dominando o mercado reduz a demanda. Eles se combinam e aumentam os preços. São cinco empresas tomando conta do setor de saneamento.

Quando a inflação tem esse tipo de origem, elevar juros produz efeitos colaterais muito severos.

HP – Mesmo nessa conjuntura internacional?

JR – O trabalhador brasileiro não declarou essa guerra. Quem declarou essa guerra, essa invasão, esse genocídio na Palestina, agora também no Irã, não tem a participação de nenhuma classe trabalhadora, seja ela brasileira, seja ela mundial. A indústria brasileira não provocou essa crise e está sofrendo com ela.

A instabilidade internacional existe em função das tensões envolvendo Israel e os Estados Unidos atacando o Irã. Não bastasse o que já fizeram e estão fazendo em Gaza, na Palestina, não bastasse o que fizeram e estão fazendo na Venezuela, agora essa ameaça a Cuba.

HP – Na sua avaliação, quais as consequências dessa política de juros altos?

JR – Cada ponto de juros significa bilhões de reais, dinheiro que poderia ser investido em hospital, escola, infraestrutura, política industrial. Mas vai parar no bolso de quem vive de renda financeira, praticamente bombeando o coração do rentismo. É muito grave isso.

Nós sabemos também que, com a economia travada, cresce a informalidade. Nós temos aí, nesse modelo de “controle inflacionário”, um indutor que provoca uma fragmentação das bases do movimento sindical, uma dificuldade na própria mobilização. A pressão patronal passa a ser maior, usando como justificativa os custos das empresas.

Em síntese, nós temos que escolher o modelo de país, um país que vive da produção, da indústria, de serviços essenciais para a sua população, de proteção e políticas públicas, ou um país que vive pagando juros para especulador, para rentista.

O povo brasileiro não tem que pagar com desemprego, precarização, arrocho, o preço das guerras do mundo e dos lucros do rentismo.

C.P

FUP denuncia abusos e defende reestatização da BR Distribuidora



Deyvid Bacelar é o presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP)



Mobilizar contra o terrorismo patronal e pelo fim da desumana escala 6×1

ADILSON ARAÚJO*

De acordo com recente pesquisa do Datafolha, divulgada domingo (15), 71% dos brasileiros apoiam o fim da escala 6×1, índice que representa significativo crescimento em relação ao levantamento anterior realizado pelo mesmo instituto, quando 64% eram favoráveis e 33% se posicionavam contra.

MULHER TRABALHADORA

O percentual dos que apoiam o fim da extenuante escala sobe a 82% entre os mais jovens, de 16 a 40 anos, o que reflete o profundo anseio de dezenas de milhões de trabalhadores e trabalhadoras extenuados pela escala exaustiva que permite apenas um dia de descanso por semana.

Estatísticas do IBGE indicam que 33 milhões de assalariados e assalariadas brasileiras desfrutam apenas um dia de descanso por semana, sendo que a mulher trabalhadora é quem mais sofre com isso, pois no mais das vezes é constrangida a realizar uma dupla jornada de trabalho para dar conta das tarefas e cuidados domésticos.

Por isto, a luta por pelo menos dois dias de descanso remunerado por semana foi uma das principais bandeiras do 8 de Março (Dia Internacional da Mulher), ao lado da denúncia e condenação do feminicídio.

LOBBY EMPRESARIAL

A reivindicação vem também em resposta ao formidá-

vel avanço da produtividade do trabalho. Cumpre observar que embora contando com o apoio de uma esmagadora maioria da população brasileira, a proposta esbarra, de outro lado, numa feroz oposição dos donos do capital.

Na medida em que o tema extrapolou as fronteiras das redes sociais e teve ingresso no Congresso Nacional, o empresariado colocou em campo um poderoso lobby envolvendo a mídia burguesa e líderes políticos da extrema direita, um dos quais chegou a sugerir que pobre não deveria ter direito a descanso porque não saberia o que fazer com o tempo livre.

Federações empresariais, com amplo respaldo dos meios de comunicação tradicionais, alardeiam previsões catastrofistas indicando queda do PIB e aumento do desemprego, na contramão do que sugerem a experiência histórica e inúmeros estudos realizados por economistas e institutos de pesquisas, como o IPEA e o Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp, que promoveu um estudo indicando que a redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 36 horas tem potencial de gerar até 4,5 milhões de novos empregos no Brasil e elevar em cerca de 4% os níveis de produtividade no país.

TENDÊNCIA MUNDIAL

As divergências ideológicas que emergem no debate sobre o fim da escala 6×1 e redução

da jornada de trabalho sem redução de salários, opondo capital e trabalho, não são novidades na história e refletem o choque de interesses entre as duas classes antagônicas que fundamentam a existência do capitalismo: assalariados de um lado e capitalistas do outro.

Neste embate, a razão histórica está com a classe trabalhadora, cujos interesses estão em harmonia com as necessidades de desenvolvimento da sociedade. O fim da escala 6×1 e a redução da jornada de trabalho propiciará não só uma elevação do nível de emprego como também a redução do estresse e o aumento da produtividade do trabalho e, por extensão, da competitividade nacional.

Como já ressaltou o vice-presidente Geraldo Alckmin, a redução da jornada de trabalho é hoje uma tendência mundial, uma tendência histórica objetiva e progressista que a mobilização social, respaldada pelo governo Lula, pode tornar irresistível.

Os interesses do capital estão na contramão da história. Sempre em aliança com as outras centrais, os movimentos sociais e as forças progressistas, a CTB não vai poupar esforços para derrotar o terrorismo psicológico do lobby empresarial e conquistar o fim da desumana escala 6×1.

Adilson Araújo é presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

“Abrir mão do controle público de setores estratégicos impacta o bolso da população”

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) em conjunto com outras entidades dos movimentos sociais estão organizando um movimento em defesa da Reestatização da BR Distribuidora e das refinarias brasileiras. A mobilização inclui atos, manifestos e a criação de uma Frente Parlamentar para aprofundar o debate no Congresso Nacional.

No centro da discussão está a privatização da BR distribuidora, da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, e da Refinaria da Amazônia Isaac Sabbá (REMAN), e de outros ativos estratégicos entregues durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. O movimento defende a retomada dessas unidades ao controle público, reafirmando o papel do Estado na garantia do abastecimento a preço justo, na geração de empregos e na defesa da soberania energética e alimentar.

A FUP destaca que “a articulação se justifica diante das crescentes preocupações relacionadas à dinâmica de formação de preços no mercado de combustíveis, particularmente no segmento de distribuição, responsável pela intermediação entre as refinarias e os postos revendedores”.

“Quando se entrega esse setor ao mercado, o que prevalece é o lucro, em detrimento do interesse público. Enquanto a Petrobrás atua para reduzir impactos das oscilações internacionais de preços, empresas privadas repassam imediatamente qualquer alta ao consumidor”,

afirma Deyvid Bacelar, coordenador-geral da FUP. Acrescentando que a alta do diesel pressiona toda a economia, afirma: “Abrir mão do controle público de setores estratégicos impacta diretamente o bolso da população e a estabilidade do país”, diz ele.

Citando as medidas recentes adotadas pelo Governo Federal para proteger a população dos efeitos da alta internacional do petróleo com os impactos da guerra no Oriente Médio, como subvenção às produtoras e importadoras, e a redução a zero das alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre o diesel, a entidade argumenta, que “no entanto, há reiterados relatos e análises de mercado indicando que reduções de preços anunciadas pela Petrobrás nem sempre são integralmente repassadas pelas distribuidoras aos postos de combustíveis, ou chegam de forma parcial e tardia ao consumidor final. Em contrapartida, eventuais aumentos de preços tendem a ser transmitidos com maior rapidez ao mercado varejista”.

“O funcionamento da cadeia de comercialização de combustíveis e das refinarias está diretamente relacionado à discussão mais ampla sobre o papel estratégico da integração da cadeia petrolífera nacional de produção, refino, logística e distribuição para a política energética brasileira, especialmente diante da relevância econômica e social dos combustíveis para o transporte, a produção industrial e o custo de vida da população”, destaca Bacelar.

Servidores criticam minuta de projeto do governo e denunciam ameaça aos serviços públicos

Uma proposta que vem sendo elaborada pelo governo federal sob o argumento de “modernizar” a administração pública, tem sofrido duras críticas de entidades de servidores. Trata-se da minuta da Lei Geral da Gestão Pública (LGGP), desenvolvida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Para o Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), a proposta apresenta “inúmeros pontos sensíveis à natureza estatal dos Serviços Públicos, com efeitos negativos na implementação das políticas públicas e no regime jurídico dos servidores”. As entidades repudiam ainda que a nova lei esteja sendo feita “sem um amplo debate público com sindicatos, servidores e sociedade civil”.

De acordo com o Fonasefe, um dos pontos mais delicados do texto é a redução da presença do Estado, com a “expansão dos instrumentos de cooperação entre o governo, setor privado e entidades da sociedade civil na execução de políticas públicas”.

Segundo a entidade, embora a cooperação institucional possa ser benéfica em certos casos, “o modelo proposto na minuta indica uma alteração considerável na maneira como o Estado atuará”. “Na prática, o Estado pode gradualmente transitar de executor direto das políticas públicas para mero financiador e organizador de ações realizadas por agentes privados”, diz.

Conforme o Fonasefe, “essa lógica pode abrir caminho para ampliação da terceirização de políticas públicas; transferência da execução de programas estatais para o mercado, e redução da capacidade operacional direta do Estado”.

A entidade alerta também para a possível criação de um ‘Estado paralelo’, “quando organizações privadas que implementam políticas públicas com fundos públicos não estejam sujeitas às mesmas normas que regem a administração pública”, principalmente no que diz respeito “a contratação de pessoal, aumentando a precarização; regras de contabilidade pública, e procedimentos de compras e contratações”.

“Esse arranjo institucional pode possibilitar que recursos públicos sejam administrados por entidades externas ao Estado sem os mesmos níveis de controle, transparência e responsabilização exigidos das instituições públicas”, ressalta o Fonasefe, alertando que “políticas públicas seriam implementadas por trabalhadores sem concurso público, sujeitos a normas de gestão características do setor privado”.

Para a entidade, “esse tipo de arranjo aproxima a gestão estatal de práticas típicas do setor corporativo e financeiro, levantando questionamentos sobre preservação do interesse público; mecanismos de controle democrático, e transparência na aplicação de recursos públicos”. E destaca que, “na ausência de salvaguardas institucionais claras, esse modelo pode permitir que interesses privados dominem as políticas públicas”.

Por fim, após enviarem ao Ministério da Gestão e Inovação a cobrança de esclarecimentos quanto a minuta, as entidades alertam que, “sem um amplo processo de discussão democrática, as propostas de modernização administrativa podem enfraquecer as instituições do Estado brasileiro, deteriorar os serviços públicos, e transformar o Estado brasileiro num mero financiador de políticas públicas executadas pelo setor privado”.

Divulgação

Divulgação

Sindipetro-RJ





Tropa de Netanyahu detém criança palestina

Tortura é “política de Estado” em Israel diz comissária da ONU

Francesca Albanese, alta comissária da ONU para Direitos Humanos dos Palestinos nos Territórios Ocupados, declara que o governo de Netanyahu fez das prisões instrumentos de genocídio e tortura.

“Desde que teve início o atual genocídio de palestinos na Faixa de Gaza, o sistema prisional israelense degenerou-se em um laboratório de crueldade calculada”, denunciou Francesca Albanese, a comissária especial da ONU para os direitos humanos na Palestina ocupada.

No informe desta terça-feira, 23, ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, Albanese acrescenta que “aquilo que antes operava nas sombras agora se faz de forma praticamente aberta: estamos diante de um regime que organiza a humilhação, a dor e a degradação a partir de suas maiores instâncias de governo”.

A comissária aponta que as políticas impostas por oficiais de alta patente, incluindo o ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben-Gvir, “institucionalizaram a tortura, punição coletiva e as condições assumidas de desumanização nas detenções”.

“Aqueles responsáveis por estas odiosas violações dos direitos humanos, cuja revogação não é possível, mesmo em tempos de guerra, devem enfrentar investigação e justiça, incluindo os tribunais da Corte Criminal Internacional (em Haia)”, enfatizou a comissária.

O informe de Albanese alerta que, desde outubro de 2023, 18.500 palestinos foram detidos por todo o território palestino ocupado, incluindo 1.500 crianças.

Milhares são mantidos detentos sem julgamento ou sequer acusação formal.

No período citado, aproximadamente 100 presos morreram debaixo de custódia israelense.

ABUSOS INDESCRITÍVEIS

Albanese descreve a ação dos carcereiros nas casas de horrores: “Detentos têm sofrido abusos das formas mais estúpidas, incluindo levar cusparadas, estupro com garrafas, barras de metal e facas. São levados à fome, têm ossos e dentes quebrados, sofrem queimaduras e são atacados e urinados por cachorros”.

No ano de 2025, o Comitê da ONU Contra a Tortura já denunciara a existência de “uma política de fato para organizar a tortura e os abusos que já existia e se tornou mais grave e espalhada depois do 7 de outubro de 2023”.

“Portanto”, prossegue Albanese, “um sistema que a longo tempo tem sido usado para dominar, degradar e quebrar os palestinos tornou-se cada vez mais duro e chegou a doutrina de Estado”.

LEGALIZAÇÃO DO TERROR

Esse terror “é defendido por políticos, racionalizado por instituições legais e higienizado pela narrativa da mídia e tolerado por governos que continuam a armar e proteger Israel”.

O informe acrescenta que a tortura sistemática se estende para fora das paredes prisionais através de bombardeios incessantes, deslocamento forçado, fome, destruição de lares, hospitais e infraestrutura, vigilância invasiva e terror infligido por soldados e milícias de colonos, de tal forma a criar um clima de tortura por todo o território palestino.

“Em Gaza, na Cisjordânia, na Jerusalém Leste, os palestinos são submetidos a um sofrimento contínuo”, condena Albanese, não há refúgio, não há lugares sagrados, não há lugar seguro para existir”.

TORTURA INTEGRA O GENOCÍDIO

O informe conclui que a tortura sistemática, combinada com uma vasta campanha de destruição infligida aos palestinos integram o genocídio em curso durante o qual os palestinos são atacados física e mentalmente como grupo humano.

“Com essa tortura institucionalizada se reduz seres humanos a objetos de abuso”, define Albanese, que finaliza destacando que “os Estados membros da ONU são obrigados a obedecer suas obrigações legais, principalmente prevenir e punir o genocídio, a tortura outras graves violações da lei internacional”.

Isso inclui investigação e expedição de mandados de prisão contra os responsáveis por implementar essas políticas tais como Itamar Ben-Gvir, Bezalel Smotrich e Israel Katz, “diante da inequívoca lei internacional e da absoluta proibição da tortura, sem exceção”.

“O crescente uso da tortura como parte do genocídio por Israel contra o povo palestino faz dessa violação algo mais grave e indefensável. Se a comunidade internacional continua a tolerar tais atos quando infligidos aos palestinos, então a lei internacional em si terá seu próprio sentido retirado”, finaliza.

Coalizão de socialistas e comunistas vence eleições municipais em Paris



Grégoire é novo prefeito de Paris ao vencer a direita Rachida Dati

Um milhão em B. Aires rechaçam fascismo de Milei

Argentinos tomaram as ruas da capital em defesa da Memória, da Verdade e da Justiça no 24 de março, condenaram o desgoverno neoliberal e submisso ao imperialismo. trumpista e exigiram liberdade para a ex-presidente Cristina Kirchner.

Cinco décadas depois, as ausências persistem, mas, idosas, as senhoras não clamam sozinhas. Afirmam em alto e bom som, muitas delas em cadeiras de rodas, que a Argentina exige “Memória, Verdade e Justiça” e que as medidas de “esquecimento histórico” promovidas por Javier Milei serão derrotadas, da mesma forma que suas políticas “selvagemmente neoliberais e pró-imperialistas”.

“Nos digam onde estão! Nos digam onde estão!” foi o grito de guerra que tomou conta da Praça de Maio no centro de Buenos Aires nesta terça-feira, entoado por mais de um milhão de argentinos, denunciando as vítimas do golpe cívico-militar de 24 de março de 1976.

No mesmo local, apesar dos fuzis apontados para elas, as Mães da Praça de Maio se concentravam para exigir informações do paradeiro dos seus filhos e filhas, desaparecidos pela ditadura com apoio dos Estados Unidos.

O primeiro mar de aplausos veio quando foi mencionado



Centrais sindicais puxaram manifestação contra o arrocho

que Pablo Grillo, o fotógrafo que teve o crânio fraturado por uma bomba de gás lacrimogêneo disparada por um policial militar, estava na praça. “Hoje o compromisso é duplo porque estamos enfrentando o governo mais repressivo desde o retorno da democracia”, disse María del Carmen Verdú, líder da Coordenadoria contra a Repressão Policial e Institucional (Correpi).

NA PRAÇA

“Estamos nesta praça, com os 30.000 como nossa bandeira, com as Mães e Avós, com os sobreviventes dos campos de concentração, com os filhos, filhas, netos e netas, irmãos e irmãs, com os parentes dos detidos desaparecidos e com todas as organizações de direitos humanos acompanhadas pelo

povo para dizer a Milei: a memória é a nossa ferramenta”, assinala o documento lido na praça diante da maior multidão já vista nesta data, pela Avó da Praça de Maio, Estela de Carlotto.

Argentinos tomaram as ruas da capital em defesa da memória, no 24 de março, condenaram o desgoverno neoliberal e submisso ao imperialismo trumpista e exigiram liberdade para a ex-presidente Cristina Kirchner.

Cinco décadas depois, ausências persistem, mas, idosas, as senhoras não clamam sozinhas. Afirmam em alto e bom som, que a Argentina exige “Memória, Verdade e Justiça”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Irã atinge área próxima a instalação nuclear de Israel

Em resposta ao ataque pelo eixo EUA-Israel ao seu reator de Natanz, mísseis iranianos superaram as defesas nas cidades de Dimona e Arad a poucos quilômetros do reator nuclear de Dimona onde estão localizadas as bombas atômicas de Israel

Mísseis iranianos superaram a defesa israelense, a mal denominada “Domo de Ferro” para atingir as cidades de Dimona e Arad, as mais próximas do reator nuclear de Dimona onde estão depositadas as bombas atômicas de Israel.

O ataque na noite deste sábado (21) foi uma clara resposta ao ataque ao reator iraniano Natanz, alardeado pelo eixo EUA-Israel.

Já sem a menor condição de censurar o estrago causado pelos mísseis iranianos com o Domo de Ferro virando peneira, jornais israelenses como Haaretz e Times of Israel admitiram que prédios foram atingidos e que mais de 150 ficaram feridos, 11 destes gravemente.

O Ministério da Saúde também divulgou um primeiro balanço das perdas com informe de que “4.565 israelenses foram levados a centros médicos” desde o início do confronto com o Irã. Destes, 303 foram hospitalizados nas últimas 24 horas, acrescenta o Ministério.

A proximidade dos alvos atingidos (cerca de 10 quilômetros de Dimona e 30 quilômetros



Bombeiros vistoriam prédio atingido em Dimona

de Arad) do reator de Dimona mostra a dimensão da clara advertência iraniana sobre as graves consequências dos ataques para os agressores.

Imagens divulgadas nas redes sociais, capturadas de vários ângulos, mostraram o míssil balístico despencando em alta velocidade antes de atingir a cidade. De acordo com avaliações militares, o míssil carregava uma ogiva convencional iraniana, com centenas de quilos de explosivos.

Em um informe claramente atrapalhado porta-voz do comando militar israelense admite o fiasco, afirmando que “as defesas antiaéreas foram ativadas durante os ataques, mas falharam em interceptar alguns mísseis ainda que não fossem especiais ou não familiares. Tanto em Dimona, quanto em Arad, os interceptores foram lançados mas falharam

em atingir as ameaças, resultando em dois diretos atingimentos por mísseis balísticos, cada um com ogivas pesando mais de 100 quilos”.

Minutos depois seis mísseis lançados pelas forças iranianas também não foram interceptados e atingiram regiões de Tel Aviv e cidades vizinhas de Holon e Petah Tikva.

Na quinta-feira, a defesa antiaérea iraniana abateu um F-35, considerado o mais moderno e mais caro caça do arsenal norte-americano, de última geração, e alardeado como quase invisível ao radar. Segundo a emissora pública norte-americana (NPR), o piloto ficou ferido e conseguiu fazer um pouso de emergência.

De acordo com o Irã, sua defesa antiaérea já destruiu um F-35, quatro F-15, um F-16, seis aviões-tanque de reabastecimento KC-135 e 125 drones, inclusive pelo menos 10 Reaper.

Deputado socialista Emmanuel Grégoire foi eleito prefeito de Paris, derrotando a direita Rachida Dati. Já o partido de extrema-direita de Marine Le Pen não conseguiu conquistar cidades-chave

“Aos que temem os tempos vindouros, eu digo: não tenham medo (...) Paris será o coração da resistência a essa união de direita, que busca nos roubar a coisa mais preciosa e frágil que temos: a simples alegria de vivermos juntos”, afirmou o novo prefeito.

Grégoire, à frente de uma aliança de socialistas, ambientalistas e comunistas, obteve 53,1% dos votos, segundo estimativa da Ipsos BVA Cesi. Outras duas projeções confirmam a mesma tendência.

“Minha história é a de um jovem que sonhou com Paris (...) e que quer que esta cidade continue a inspirar sonhos”, confessou Grégoire, político que, aos 48 anos, sucederá à prefeita socialista Anne Hidalgo.

“Estou pensando nas pessoas mais frágeis, aquelas que dormirão nas ruas esta noite. Estou pensando nas crianças que estão sofrendo... em todos os mais vulneráveis que precisam de ajuda”, disse, afirmando que tinha “uma imensa responsabilidade” para com os parisienses.

A vitória da aliança progressista representou uma vitória clara contra Rachida Dati, que fez parte do governo de Emmanuel Macron e Nicolas Sarkozy e buscava conquistar a capital francesa para a direita após 25 anos de governos de esquerda.

Durante a campanha, Grégoire alertou que Dati transformaria a capital em “um laboratório trumpista da aliança entre a direita e a extrema-direita”.

Após o resultado de domingo, Grégoire afirmou que Paris resistiria aos setores mais reacionários e pro-imperialistas na preparação para as eleições presidenciais do ano que vem. Os dois mandatos de Macron como presidente terminam na próxima primavera e a RN está com alta popularidade nas pesquisas.

VITÓRIA EM MARSELHA

Mais de 1.500 cidades e vilas votaram no segundo turno das eleições locais no domingo, consideradas um teste do clima político antes da eleição presidencial de 2027.

Em Marselha, a segunda maior cidade da França, o prefeito Benoît Payan se reelegeu com uma coalizão de esquerda, que incluía os socialistas e os verdes, impedindo a ascensão da RN, derrotando seu candidato Franck Allisio.

Payan afirmou que Marselha transmitiu “mensagem de paz e união”. Ele disse que foi uma vitória para “os humanistas que rejeitam as vozes que fomentam a divisão”.

Na cidade de Nîmes, no sudeste do país, Julien Sanchez, da RN, que era tido como favorito, não conseguiu se eleger. Em vez disso, o comunista Vincent Bouget, à frente de uma união de esquerda, venceu na cidade, que era governada pela direita tradicional há 25 anos.

Além de controlar as prefeituras, as eleições municipais também serviram a outro propósito importante para os partidos: as próximas eleições para o Senado, em setembro, que, como a cada três anos, renovarão parte de suas cadeiras. Na França, essa eleição é realizada indiretamente por meio de um colégio eleitoral, composto principalmente por representantes locais (prefeitos, vereadores e deputados regionais), vinculando, assim, diretamente as duas eleições.

DIREITA PERDE TOULON

Entre as primeiras cidades a apurar os votos, a RN não conseguiu conquistar alguns de seus principais alvos. Laure Lavalette, uma aliada próxima de Le Pen, não venceu em Toulon, uma cidade portuária histórica no Mediterrâneo com 180 mil habitantes. Em vez disso, o atual prefeito que representa setores mais de centro se manteve na administração da prefeitura.

Em Nice, Riviera, vence a direita. Um aliado chave da extrema-direita venceu em Nice. Éric Ciotti, que deixou a liderança do partido de direita tradicional, os Republicanos, e uniu forças com Marine Le Pen em 2024 – a quinta maior cidade da França –, derrotando seu rival histórico também de direita, Christian Estrosi.

Em vários lugares, espera-se que o ex-primeiro-ministro Édouard Philippe dê início à sua candidatura de centro-direita à presidência francesa no próximo ano, após ser reeleito prefeito da cidade portuária de Le Havre, no norte do país.

Philippe foi primeiro-ministro durante o primeiro mandato de Macron, inclusive no início da pandemia de Covid. Ele vem se preparando há mais de um ano para concorrer à presidência em 2027.

Japoneses repudiam plano da premiê de revogar a proibição constitucional de iniciar guerra

Manifestantes foram às ruas em Tóquio contra a agenda da primeira-ministra Sanae Takaichi de revogação da proibição constitucional de desencadear guerra, adotada após a derrota na II Guerra Mundial, com a instalação de mísseis que ameaçam outros países da Ásia e provocação contra a China, tudo sob o pretexto de Taiwan.

Mais de 10.000 manifestantes se reuniram em frente ao ‘Segundo Edifício de Escritórios dos Membros da Câmara dos Representantes’, um dos edifícios parlamentares do Japão, localizado em frente ao prédio da ‘Dieta Nacional do Japão’, órgão legislativo do governo japonês, na noite de quinta-feira (19). A manifestação aconteceu enquanto Takaichi se reunia com Trump na Casa Branca.

“NÃO À GUERRA”

Com cartazes “Não à Guerra” e “Abaixo a Revisão Constitucional”, os japoneses estão se opondo à postura belicista de Takaichi e fizeram um alerta contra essa política que pode resultar no envolvimento do Japão em conflitos futuros.

Políticos de extrema direita do Japão querem alterar o Artigo 9º da Constituição de 1947, que afirma que o povo japonês renuncia à guerra e ao uso da força como forma de resolver disputas

internacionais. Takaichi recentemente fez declarações, alarmantes, pela revisão constitucional e é notória por suas visitas ao Santuário Yasukuni, onde estão enterrados os criminosos de guerra da II Guerra Mundial.

PREVENÇÃO

O artigo existe porque foi imposto após a capitulação e busca prevenir a repetição dos bárbaros crimes de guerra cometidos pelo Japão imperial, que só na China provocaram a morte de 30 milhões de pessoas, incluindo o famigerado massacre de Nanquim, os experimentos contra seres humanos da Divisão 731, a escravidão sexual de dezenas de milhares de mulheres e o trabalho forçado em massa.

“Tem desempenhado um papel importante em manter o Japão fora da guerra”, disse um dos manifestantes, Natsuki Mitomi sobre o Artigo 9º da Constituição. “Permanecerá essencial para o Japão no futuro, e não podemos permitir que seja retirado.”

Outra preocupação dos japoneses foi o transporte de mísseis e outros equipamentos militares, sem explicação prévia, feito pelo Ministério da Defesa do Japão, do míssil superfície-navio Tipo 12 (com alcance de 1.000 km) para uma base da Força de Autodefesa Terrestre na Prefeitura de Kumamoto.

Rússia envia petroleiro para romper bloqueio energético imposto por Trump a Cuba

A Rússia despachou dois petroleiros carregados de petróleo e gas em direção a Cuba. A notícia é divulgada pelo Financial Times e Moscow Times.

Os veículos se baseiam em dados da empresa dedicada ao estudo do comércio de petróleo, Kpler. Um dos navios, o Anatoly Kolodkin, de bandeira russa foi carregado com 725 mil barris de petróleo no porto Primorsk às 13:00 de ondem (18).

Este navio já singra o Atlântico e deve aportar no porto de Matanzas, em Cuba na primeira semana de abril.

Já o navio Sea Horse, de bandeira de Hong Kong, também contratado pela Rússia, carregado com 27.000 toneladas de petróleo e gás, deve chegar a Cuba nos próximos dias, segundo Sami Madani, diretor da empresa Tanker Trackers, especializada em inteligência marítima, informou ao Financial Times.

Tais carregamentos representam o primeiro despacho significativo após três meses sem abastecimento, conforme reconhecido pelo presidente Miguel Díaz-Canel.

Em comunicado, o Ministério das Relações Exteriores de Moscou reafirma sua firme solidariedade com o governo e o irmão povo cubano.

A Chancelaria russa observa que, “no contexto de um confronto criado artificialmente, a Ilha da Liberdade enfrenta desafios sem precedentes, consequência direta do embargo comercial, econômico e financeiro de longa data e, mais recentemente, do embargo energético imposto pelos Estados Unidos a Cuba”.

“Estamos confiantes de que o heróico povo cubano, que demonstrou repetidamente seu compromisso com os ideais de liberdade, independência e justiça social, bem como resiliência e coragem exemplares diante de ameaças externas, defenderá seu direito inalienável de escolher soberanamente seu próprio caminho de desenvolvimento”, acrescentou.

E prometeu “continuar fornecendo a Cuba a assistência necessária, incluindo apoio econômico.”

RESISTÊNCIA INABALÁVEL

O presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, afirmou que qualquer agressão contra a ilha encontrará uma “resistência inabalável”. A declaração em uma publicação no X, na terça-feira (17), veio em resposta às ameaças sem controle de Donald Trump contra o país caribenho, dizendo que “terá a honra de tomar Cuba”.

“Cuba é uma nação livre, independente e soberana. Ninguém nos diz o que fazer. Cuba não agride, é agredida pelos EUA há 66 anos, e não ameaça, se prepara, disposta a defender a pátria até a última gota de sangue”, assegurou Díaz-Canel, condenando os planos dos Estados Unidos de assumir o controle da ilha, incluindo seus recursos, propriedades e economia, promovendo uma “guerra econômica feroz” como forma de pressão contra a população cubana.

Trump é obrigado a recuar e suspende sanção a petróleo iraniano

O comunicado foi feito pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, na sexta-feira (20), mas segundo o The Washington Post a ordem partiu diretamente de Trump.

Sob a guerra de escolha de Trump e Netanyahu, o petróleo foi a US\$ 119 o barril. Em relação à véspera da traiçoeira agressão ao Irã, o preço aumentou 54%. Enquanto que a alta do gás na Europa chegou a 35%.

Nos EUA, o preço da gasolina subiu para quase 5 dólares o galão nas bombas de combustível, uma péssima notícia para Trump a sete meses das eleições intermediárias que decidirão o controle das duas casas do Congresso.

E a situação, que já era grave com o fechamento do estreito de Ormuz por onde passam 20% do petróleo e gás do mundo, tornou-se crítica com o insano bombardeio de Israel ao maior campo de gás do mundo, South Pars, no Irã, na quarta-feira.

O que levou Teerã a revidar com ataques às instalações de petróleo e gás ligadas aos EUA no Qatar, Kuwait e Arábia Saudita. Só no Qatar, 17% da capacidade de pro-

dução de GNL fica inviabilizada por três a cinco anos; duas refinarias foram atingidas no Kuwait e uma na Arábia Saudita, assim como a maior refinaria de Israel, em Haifa.

Segundo Bessent, a suspensão dessa parte das sanções ao Irã é temporária e tem o objetivo de conter a alta dos preços no mercado global, liberando cerca de 140 milhões de barris de petróleo que estariam “estocados na China”.

Na semana passada, os EUA já haviam adotado medida semelhante em relação ao petróleo da Rússia, ao autorizar temporariamente a venda de cargas que estavam paradas em navios no mar.

A licença, emitida pelo Departamento do Tesouro, permitiu a comercialização, até 11 de abril, de cargas de petróleo bruto e derivados embarcadas antes de 0h01 de 12 de março, com a previsão de liberar cerca de 100 milhões de barris de petróleo russo para o mercado.

Em suma, tiveram de recuar, mas tentam não perder a pose, com o banqueiro e aprendiz de feiticeiro Bessent argumentando que os EUA “usarão os barris iranianos contra Teerã” para manter os preços “sob controle”.

HP

Popularidade de Trump cai a 36% com queda de 11 pontos percentuais



Popularidade de Trump caiu para o nível mais baixo desde o início deste 2º governo.

Irã é o primeiro a derrubar um F-35, o caça norte-americano mais moderno

Um F-35 dos EUA de quinta geração, alardeado por Washington como o mais avançado do mundo, além de o mais caro, US\$ 100 milhões cada, e mínima exposição ao radar, foi abatido pelo Irã, com a Guarda Revolucionária Islâmica divulgando vídeo da interceptação.

Imagens térmicas divulgadas pelo IRGC mostram a silhueta de um avião, correspondendo a de um F-35, atingido por um projétil. As imagens cortam abruptamente após o atentado. E o primeiro relato de abate do F-35 em combate.

O Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC) confirmou que seus avançados e modernos sistemas de defesa aérea neutralizaram com sucesso a aeronave furtiva de quinta geração sobre o espaço aéreo central do Irã às 2h50 da manhã, horário local, de quinta-feira.

O presidente do Parlamento iraniano, Mohammad Baqer Qalibaf, saudou o histórico ataque ao F-35 americano pelas forças iranianas, declarando que a destruição desse símbolo da arrogância dos EUA marca o colapso da ordem mundial liderada pelo Ocidente.

MITO DESFEITO

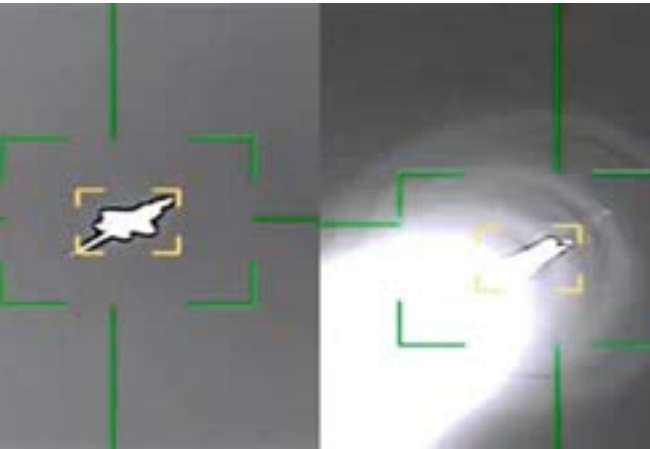
“O F-35 não era apenas um caça, era um monumento à invencibilidade e arrogância do exército americano; um símbolo teológico, afirmou invisível a qualquer olho e superior a todo poder”, escreveu antes de citar um versículo do Alcorão: “porém, ‘a Mão de Allah está acima de suas mãos’.” (Alcorão Sagrado, 10:48)

O presidente do Parlamento observou que o mito da tecnologia furtiva americana foi desfeito: “este símbolo foi derrubado pela primeira vez no mundo. Esse foi o momento em que uma ordem inteira desmoronou”, acrescentou Qalibaf.

“Vocês podem esperar mais surpresas”, enfatizou o major-general Ali Abdollahi, comandante do Quartel-General Central Khatam al-Anbia, a mais alta unidade de comando operacional do Irã, respondendo às ameaças de Trump e ao “regime sionista, seu aliado e força subordinada”, sobre a derrubada do F-35.

O Capitão Tim Hawkins, porta-voz do Comando Central dos EUA, não teve escolha a não ser confirmar que o jato de 100 milhões de dólares estava “em missão de combate sobre o Irã” quando foi interceptado. Segundo a CNN, a aeronave teria conseguido fazer um pouso de emergência em uma base aérea norte-americana na região.

Segundo a RT, o projétil usado para atingir a aeronave americana parece ser o “míssil 358”, também conhecido como SA-67, um míssil terra-ar iraniano desenvolvido localmente e introduzido no final da década de 2010”. Acredita-se – acrescenta o portal russo de notícias – que combine propriedades de projéteis antiaéreos conven-



O caça F-35 entra na mira para logo depois ser abatido por míssil iraniano (foto: Um F-35 dos EUA

cionais com drones de longo alcance, e seja capaz de permanecer no ar por longos períodos, atuando como munição de espera e aguardando o ataque de um alvo.

Mesmo sites pró-imperio como a Bloomberg tiveram de admitir o estrago que o Irã está fazendo. Atribuiu ao Irã a destruição de três F-15, um avião-tanque KC-135, 10 drones de ataque Reaper e outras duas aeronaves não tripuladas, em incidentes separados.

O portal acrescentou que, embora as defesas aéreas do Irã tenham sido um dos primeiros alvos da campanha aérea EUA -Israel, destruí-las e estabelecer a superioridade aérea “continua sendo um objetivo difícil”.

A contabilidade dos iranianos é mais precisa e inclui, além de todos os listados pela Bloomberg, mais cinco KC-135 destruídos em uma base aérea na Arábia Saudita, outro KC-135 que conseguiu todo estropiado fazer um pouso de emergência, enquanto o total de drones é substancialmente maior, 125.

BLITZKRIEG FRACASSA

Já são três semanas desde que o Eixo EUA -Israel desencadeou uma agressão ao Irã e covardemente assassinou seu líder supremo, o aiatolá Khamenei, em completa



Fotos: USAF/Natalie Jones e Agência Fars

Popularidade de Trump cai a 36% com queda de 11 pontos percentuais

Apoio dos americanos ao presidente recuou quatro pontos percentuais em apenas uma semana. 60% mantêm a desaprovação à guerra contra o Irã e 92% defendem um “rápido fim para o conflito”

A aprovação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, despencou para o nível mais baixo desde que retornou à Casa Branca, em janeiro do ano passado, apontou uma pesquisa Reuters/Ipsos divulgada na terça-feira (24), com apenas 36% o endossando.

Uma queda de quatro pontos em uma semana (e de 11 pontos desde a posse), sob a escalada dos preços dos combustíveis e a rejeição generalizada à guerra que ele desencadeou contra o Irã. A alta no preço da gasolina e diesel é, como todos sabem, uma consequência da guerra de agressão ao Irã e dos bombardeios de seus campos de gás e petróleo.

Outra pesquisa, esta da CBS News/YouGov, mostrou que 60% dos norte-americanos desaprovam a guerra de Trump contra o Irã, sendo que 92% consideram importante “encerrar o conflito o mais rápido possível” e 57% dizem que os EUA estão “se saindo mal” na guerra.

De acordo com a pesquisa da Reuters/Ipsos, apenas 25% dos entrevistados disseram aprovar a condução da economia americana por Trump, um tema central em sua campanha presidencial de 2024. O desgaste já aparece mesmo entre os republicanos que desaprovam sua gestão do custo de vida subiu de 27% para 34% em apenas uma semana.

O que não é propriamente uma surpresa, com os bombardeios ao Irã empurrando os preços da gasolina e diesel para o patamar respectivamente de US\$ 4 e US\$ 5 o galão.

A pesquisa da Reuters mostrou que apenas 35% dos americanos aprovam os ataques, enquanto 61%

os desaprovam. Registre-se que um dos lemas centrais da campanha de Trump à presidência foi acabar com as “guerras eternas”.

O levantamento Reuters/Ipsos foi realizado online com 1.272 adultos em todo o país e possui margem de erro de três pontos percentuais.

CONTRA A GUERRA

A pesquisa da CBS News sobre a guerra de Trump contra o Irã mostrou, ainda, que são dois terços (66%) os norte-americanos que consideram o conflito como uma “guerra de escolha”, contra apenas 34% que a justificam como “necessidade”, apesar de todas as mentiras malignas de Trump e da cumplicidade da mídia.

Por viés partidário, 92% dos democratas e 73% dos independentes veem a agressão ao Irã como uma “guerra de escolha”, ou seja, percebem em algum nível que é uma guerra de agressão e não provocada. Mesmo entre os trumpistas, uma minoria de 33% – um terço – a vê como uma “guerra de escolha” – ou pior, caso do conhecido ex-âncora da Fox News Tucker Carlson e do ex-chefe antiterrorista Joseph Kent, que renunciou.

Outros resultados da sondagem reforçam a crescente oposição à guerra. 68% – eram 62% no início de março – afirmam que o governo Trump “não explicou claramente os objetivos dos EUA” no conflito.

Apesar de toda a truculência do atual governo norte-americano e da cumplicidade de grande parte da mídia para demonizar o Irã, 51% disseram ser contra “trocar os líderes do Irã por líderes pró-EUA”, enquanto 49% aquiesceram.

Para a pesquisa, realizada entre os dias 17 e 20 de março, foram entrevistados 3.335 pessoas pela internet , com erro de 2,1 pontos percentuais para mais ou para menos.



Alardeado como “terror dos drones”, projeto de milhões de dólares não produz um exemplar sequer (Lockheed Martin)

Fracasso do projeto obriga exército dos EUA a desistir de canhão a laser

Os militares americanos decidiram abandonar seu projeto de arma a laser IFPC-HEL (Indirect Fire Protection Capability-High Energy Laser) ou “Valquíria”, da Lockheed Martin, depois de anos de investimento e esforços. O anúncio faz parte do relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso americano (Congressional Research Service, CRS), publicado em 9 de março, que revela a aposentadoria precoce do sistema que era visto como o sucessor dos protótipos 100 kW HEL-TVD e do 10 kW HELMTT.

Em teoria, o laser teria a função de proteger as tropas americanas, e seria suficientemente poderoso para abater mísseis de cruzeiro, drones e munições.

O plano inicial era transformar o programa IFPC-HEL até o início de 2024 em um programa formal no ano fiscal

de 2025 depois de testes bem sucedidos, mas a Lockheed, que havia sido agraciada com um contrato de US\$ 220,8 milhões, não deu conta.

Dos quatro protótipos encomendados, só um saiu do papel. De acordo com o relatório, oficiais do exército americano reduziram o contrato do IFPC-HEL para um único protótipo, que atualmente está em fase de “testes finais” em uma instalação da Lockheed em Nova Jersey antes de ser levado a novos testes no Campo de Provas de Dugway, no Estado americano de Utah.

O que não deve acontecer antes de setembro. Depois disso, de acordo com o relatório do CRS, o “Valquíria” será “desinvestido como candidato de campo e as informações relativas a ele serão repassadas ao Sistema Conjunto de Guerra a Laser”, alinhado com a “Cúpula Dourada” de Trump.

Beckett (1906–1989): Esperando Godot

A peça de Beckett permanece de relevância imediata para o mundo de hoje. Como seu contemporâneo Brecht, o irlandês alerta para a destruição última da vida humana. No entanto, ele deixa em aberto a possibilidade de que nem tudo está perdido. Seus personagens ainda se ajudam em momentos de necessidade; essa centelha de humanidade persiste

JENNY FARRELL *

“A grande Cartago travou três guerras. Após a primeira, ainda era poderosa; após a segunda, ainda habitável. Após a terceira, não resta nenhum vestígio.” Com esta citação de 1951, Bertolt Brecht resume um destino que parecia muito plausível em meados do século XX — e que se tornou perturbadoramente relevante novamente hoje. É precisamente esta visão de aniquilação que **Esperando Godot**, de Samuel Beckett, enfrenta. Com uma abertura num palco nu — “Estrada rural. Uma árvore. Anotecer.” — a peça pergunta o que resta da humanidade quando uma terceira guerra é desencadeada.

Para compreender isso, é preciso entender o homem que a escreveu. Nascido em 1906, numa família protestante, anglo-irlandesa e de classe média alta, Samuel Beckett se tornaria um dos escritores mais influentes do século XX. Beckett foi primeiro a Paris em 1928 como *lecturer* de inglês, onde foi apresentado aos círculos de vanguarda da cidade por seu conterrâneo dublinense James Joyce — um encontro que influenciaria profundamente sua escrita futura. Após anos transitando entre Irlanda, Londres, Alemanha e França, estabeleceu-se permanentemente em Paris em 1937, onde conheceu sua futura esposa, Suzanne Deschevaux-Dumesnil. Quando a Segunda Guerra Mundial eclodiu, decidiu ficar. Em suas palavras, preferia “a França em guerra à Irlanda em paz”. Após a invasão nazista, juntou-se à Resistência Francesa, trabalhando clandestinamente como mensageiro e intérprete. Escapou por pouco da Gestapo em várias ocasiões. Quando membros de sua rede de resistência foram presos, Beckett e Suzanne foram forçados a fugir para a vila de Roussillon, na zona não ocupada do sul da França, onde continuou a apoiar a luta contra o fascismo. Por seu perigoso trabalho contra os nazistas, o escritor foi posteriormente agraciado com a Croix de Guerre e a Médaille de la Résistance.

Após a guerra, Beckett retornou a Paris e entrou em sua fase mais produtiva. Ele fez a transição para escrever em francês, uma escolha que definiria sua voz artística. Escrever numa língua que não era a sua permitiu-lhe alcançar um estilo mais esparsos e direto. Este período produziu suas obras mais significativas: a trilogia de romances (**Molloy**, **Malone Morre**, **O Inominável**), bem como sua primeira grande peça, **Esperando Godot**. Escrita em 1948, a peça é um exemplo primordial dessa estética reduzida, sua linguagem reduzida a um núcleo essencial e funcional.

A estreia de Godot em 1953 trouxe-lhe fama repentina. Outras obras-primas se seguiram, incluindo **A Última Gravação de Krapp** (1958) e **Dias Felizes** (1961). Em 1969, recebeu o Prêmio Nobel de Literatura — uma honra que aceitou com relutância, em grande parte para evitar o espetáculo midiático ainda maior que seria uma recusa.



Continuou a viver recluso em Paris, escrevendo textos cada vez mais curtos, radicalmente minimalistas, e frequentemente dirigindo suas próprias peças. Samuel Beckett morreu em Paris em 22 de dezembro de 1989 e foi sepultado ao lado da esposa no Cemitério de Montparnasse.

A experiência de Beckett de viver sob ocupação — o medo constante, a ameaça sempre presente da traição e a profunda fragilidade da vida — permearia o próprio tecido de seu trabalho posterior, informando a atmosfera de espera, pavor e existência precária que define **Esperando Godot**. A paisagem desoladora da peça é totalmente consistente com o homem que arriscara a vida por outros na Resistência, e que, em sua arte, desnudaria a vida humana para perguntar o que, se é que algo, resta quando tudo o mais se foi.

Normalmente, quando a peça é encenada hoje, a ênfase recai sobre seus elementos cômicos e seu rótulo de obra-prima do “absurdo” — um trabalho que sugere que a vida é inerentemente sem sentido. No entanto, essa interpretação ignora um contexto crucial. A Segunda Guerra Mundial mal tinha terminado; a horrível aniquilação nuclear de Hiroshima e Nagasaki havia deixado uma marca indelével na memória coletiva da humanidade.

Embora Beckett nunca o declare explicitamente, **Esperando Godot** efetivamente apresenta ao seu público uma cena após um inferno nuclear. Ele nos dá um palco quase vazio: uma estrada rural e uma única árvore nua. Nessa paisagem, ele coloca dois personagens, Vladimir (Didi) e Estragon (Gogo), que não vivem ali, mas apenas existem precariamente. Esses dois homens lutam para realizar as ações mais elementares — tirar um sapato, por exemplo, torna-se um suplício. Dormem ao relento e são regularmente espancados por gangues durante a noite. A violência é tão comum que eles mal a comentam.

Neste mundo, a experiência humana foi reduzida ao mínimo: simplesmente permanecer vivo e realizar, com imenso esforço, as tarefas mais simples. O Homo sapiens, parece, foi destituído da parte ‘sapiens’. A árvore da vida está quase estéril; nesta peça, ela se tornou um possível adereço para se enforcar.

Tradicionalmente, as peças começam com uma exposição que leva à ação, ou nos mergulham diretamente no meio de uma. Em **Esperando Godot**, no entanto, não há perspectiva de ação alguma. A primeira fala da peça — “Nada a fazer” — funciona como uma tese: Didi e Gogo passam toda a duração esperando em vão. Eles substituíram os protagonistas



A experiência de Beckett de viver sob ocupação — o medo constante, a ameaça sempre presente da traição e a profunda fragilidade da vida — permearia o próprio tecido de seu trabalho posterior, informando a atmosfera de espera, pavor e existência precária que define Esperando Godot. A paisagem desoladora da peça é totalmente consistente com o homem que arriscara a vida por outros na Resistência, e que, em sua arte, desnudaria a vida humana para perguntar o que, se é que algo, resta quando tudo o mais se foi

do passado — aqueles que lutavam contra a adversidade e a injustiça, ou que tentavam forjar uma vida significativa. As narrativas que outrora serviam para endossar a bondade humana foram privadas de seu significado, incluindo a vã esperança de que um salvador, Godot, chegue. Na verdade, o próprio ato de esperar por Godot é o que impede qualquer movimento para fora desse estado de paralisia.

Em irlandês, “go deo” significa “para sempre”, adicionando uma camada oculta ao título: Esperando para Sempre. As certezas do passado não são apenas questionadas, mas fundamentalmente minadas. O teatro como o conhecíamos chegou ao fim. Sem ação, não pode haver enredo. Sem a possibilidade de progresso, não pode haver clímax ou resolução. Beckett não escreve simplesmente uma peça sobre a falta de sentido; ele forja uma nova forma dramática a

partir da própria falta de sentido. A plateia, como os personagens, é forçada a suportar o “nada a fazer” em tempo real, compartilhando com eles a experiência da duração vazia.

A ideia de perfectibilidade humana está morta. As parábolas da Bíblia, outrora uma fonte de orientação moral, tornaram-se inúteis; Didi e Gogo mal se lembram delas. Quando Pozzo chega e pergunta a Estragon seu nome, ele responde: “Adão”. É uma identificação fugaz, quase jogada fora, mas sua ressonância é profunda. A humanidade foi reduzida ao que o Rei Lear, de Shakespeare, em sua loucura, chama de “pobre animal pelado e bípede”.

Nossos dois protagonistas não são definidos em termos de classe; eles parecem ser vagabundos. No entanto, não estão totalmente sozinhos. Não só ouvimos falar de violência aleatória contra eles, mas em dois momentos da peça — uma vez em cada ato — Pozzo passa, arrastando um escravo chamado Lucky na ponta de uma corda, tratando-o como um animal. Pozzo é um aceno aos resquícios de uma classe ‘senhorial’, aquela que ainda (ou mais uma vez) possui riqueza e mantém escravos. Lucky, por sua vez, ecoa o Caliban de Shakespeare em **A Tempestade** — o nativo indígena da ilha, mantido ignorante e escravizado pelo colonizador Próspero.

No único discurso quase incompreensível que Lucky tem permissão para fazer, ele profere uma torrente de palavras que contêm as verdades mais sombrias da peça. Ele fala de “um Deus pessoal... fora do tempo... que... nos ama muito... e sofre... com aqueles que... estão imersos em tormento... está estabelecido fora de qualquer dúvida... que o homem... se consome e definha... por razões desconhecidas... se extingue”. Ele conclui com a imagem de “labores abandonados, deixados inacabados”. A essência de seu monólogo torturado poderia ser destilada nisto: Deus — ou o homem — deixou seus labores inacabados.

Este núcleo devastador, no entanto, não é entregue como um lamento direto. O discurso de Lucky, o mais longo da peça, é uma colisão caótica de alta retórica e farsa vulgar. Afirmações de colapso cósmico

são constantemente interrompidas pelo banal e pelo trivial. O “grande frio” que acaba com o mundo é justaposto ao completamente mundano — “apesar do tênis”. Os nomes das autoridades acadêmicas que Lucky invoca são puro nonsense: “Fartov e Belcher”, entre outros. Assim, mesmo quando Lucky articula o fim de todo o significado, os detalhes tolos e insignificantes da vida diária persistem teimosamente. O universo pode estar morrendo, mas ainda há uma partida de tênis a ser jogada.

Esse contraste aparentemente absurdo é o que torna o discurso ao mesmo tempo hilário e profundamente perturbador. Sugere que o colapso total e a vida comum não são opostos; eles coexistem de forma estranha e aterrorizante. Nesse sentido, o discurso de Lucky é a peça inteira em miniatura. Ele usa os destroços da retórica acadêmica ocidental para construir um argumento poderoso e absurdamente engraçado sobre a perseverança da existência mundana, apenas para que esse próprio argumento desmorone sob o peso de sua futilidade. O discurso termina com um “inacabado” final.

OS FRAGMENTOS DA HUMANIDADE: POZZO E LUCKY

Quando Pozzo encontra Gogo e Didi pela primeira vez, ele observa: “Vocês são seres humanos, no entanto... Da mesma espécie que eu... Feitos à imagem de Deus!” A fala é proferida como uma simples declaração de fato, mas suas implicações são devastadoras. Qualquer aspiração à forma e intelecto divinos foi anulada — ou talvez o contrário se aplique: Deus é esta criatura que tropeça, atônita e semi-existente.

Quando Pozzo e Lucky reaparecem no Ato II, o declínio acelerou-se. Pozzo ficou cego, Lucky mudo. Pensar tornou-se um esforço. Numa ocasião, Didi e Gogo contemplam o suicídio enforcando-se na árvore nua. Uma razão pela qual não o fazem é que um deles poderia permanecer vivo e, portanto, enfrentar a existência sozinho. Isso, concluem, é um destino pior que a morte. Essa decisão aparentemente pequena oferece um vislumbre de esperança. Dois

Samuel Beckett, autor de Esperando Godot (foto: reprodução)

personagens, afinal, formam uma pequena comunidade, e eles se ajudam a sobreviver.

Para além dessa dependência mútua, há outro exemplo mais profundo de humanidade comum. Quando Pozzo grita por ajuda para se levantar, Didi e Gogo hesitam, discutem, mas então Didi declara: “Não é todos os dias que precisamos de nós.” A afirmação é silenciosamente profunda. Ela reconhece que o pedido de ajuda de Pozzo não é dirigido meramente a dois indivíduos, mas a “toda a humanidade”. E como Didi reconhece, “neste lugar, neste momento, toda a humanidade somos nós, quer queiramos quer não.” Naquele instante, os vagabundos tornam-se os únicos representantes da responsabilidade humana. No entanto, Beckett mina mesmo esta frágil epifania. Ironicamente, todos os quatro homens acabam no chão, seus pedidos de ajuda ignorados. Ficar em pé tornou-se impossível. Trabalho propositivo e ação já não nos definem. As palavras finais de Pozzo sobre o assunto são sombrias: “Dão à luz empoleirados numa sepultura, a luz brilha um instante, depois é noite outra vez.”

A peça de Beckett permanece de relevância imediata para o mundo de hoje. Como seu contemporâneo Brecht, o irlandês alerta para a destruição última da vida humana. No entanto, ele deixa em aberto a possibilidade de que nem tudo está perdido. Seus personagens ainda se ajudam em momentos de necessidade; essa centelha de humanidade persiste. A árvore tem algumas folhas no final da peça — não está morta. O vínculo entre Didi e Gogo, sua recusa em abandonar um ao outro, é um frágil broto verde no ermo. O grito de ajuda de Pozzo momentaneamente os lembra de que eles são, ainda que relutantemente, “toda a humanidade”. Essas pequenas brasas de compaixão impedem que a peça desça ao niilismo. Se são suficientes para fazê-los — ou nos fazer — finalmente ‘seguir em frente’ é a pergunta que Beckett deixa para seu público.

***Jenny Farrell é professora e escritora em Galway, Irlanda.**